

REGIÃO CENTRO

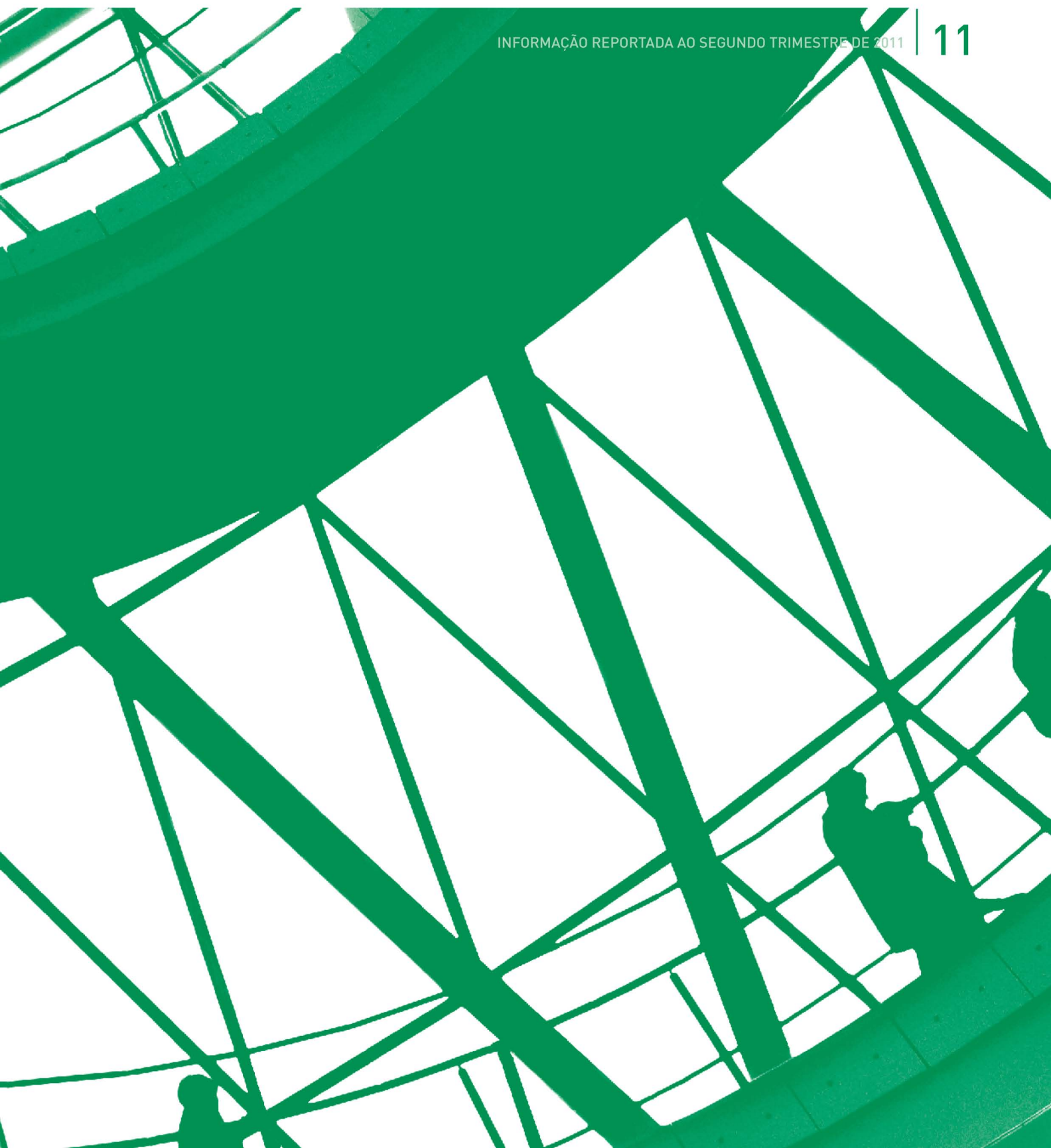


ccdr c comissão de coordenação
e desenvolvimento regional
do centro

BOLETIM TRIMESTRAL

INFORMAÇÃO REPORTADA AO SEGUNDO TRIMESTRE DE 2011

11



[índice]

CONJUNTURA

- 02** Enquadramento Nacional
- 04** Mercado de Trabalho
- 09** Desemprego Registado
- 11** Empresas
- 12** Comércio Internacional de Bens
- 15** Turismo
- 16** Construção e Habitação
- 18** Preços e Consumo Privado
- 20** Políticas Públicas na Região Centro
- 24** Custos de Contexto Transfronteiriços para as Empresas

DINÂMICAS REGIONAIS NA REGIÃO CENTRO

- 26** Análise dos Resultados Preliminares dos Censos 2011 para a Região Centro

[ficha técnica]

Editor: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro | Responsável Técnico: Direcção de Serviços de Desenvolvimento Regional | Data de Edição: Setembro de 2011 | Design Gráfico: DallDesign, Unipessoal Lda. Impressão: QUILATE - Artes Gráficas, Lda | ISSN: 1647-3612

boletimtrimestral@ccdr.pt
www.ccdrc.pt





[No segundo trimestre de 2011, a actividade económica nacional voltou a evidenciar uma contracção face ao trimestre homólogo. O Produto Interno Bruto diminuiu 0,9%, o que se deveu à diminuição da procura interna, nomeadamente de forma acentuada nas componentes despesas de consumo das famílias e investimento. Esta queda nos valores da procura interna foi a mais elevada dos últimos 15 anos. Também o nível geral dos preços se agravou cerca de 3,7% face a igual período do ano anterior. Já a procura externa evidenciou um comportamento positivo, com as exportações a aumentarem 8,4% e as importações a diminuírem 5,4%.

O mercado de trabalho nacional registou sinais de melhoria, com a taxa de desemprego a cifrar-se em 12,1%. De facto, os vários indicadores analisados apontam para uma evolução positiva no mercado de trabalho no segundo trimestre do ano, na Região Centro e em Portugal. Segundo informação do inquérito ao emprego divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística, assistiu-se a um aumento da taxa de emprego e a uma diminuição da taxa de desemprego, face ao trimestre anterior, na região e no país. Na região, a taxa de emprego aumentou para 56,5% e a taxa de desemprego caiu para 9,5%. A taxa de desemprego regional resulta de um número de desempregados que se cifra em 121,3 milhares, ou seja, menos 2,9 milhares do que no trimestre anterior. Esta diminuição deveu-se, essencialmente, ao decréscimo da população desempregada feminina, uma vez que os desempregados do sexo masculino aumentaram. Os dados do IEFP confirmam esta diminuição do desemprego, tendo-se verificado, no segundo trimestre de 2011, a maior redução homóloga dos últimos três anos no número de desempregados registados nos Centros de Emprego.

Neste trimestre, intensificaram-se os constrangimentos financeiros para as empresas com uma nova redução homóloga dos empréstimos concedidos pelo sistema bancário e com novo aumento da percentagem de crédito vencido relativamente ao concedido. À semelhança do que já tinha ocorrido no trimestre anterior, apesar das maiores dificuldades de financiamento junto das instituições financeiras, o número de empresas constituídas aumentou e o número de insolvências registou um abrandamento do seu crescimento homólogo. As relações comerciais das empresas com o mercado externo continuam positivas, tendo-se, no entanto, registado um crescimento das saídas menos intenso que nos trimestres anteriores.

No âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), foram aprovados 11.376 projectos de investimento de promotores da Região Centro até ao final de Junho de 2011. Estas operações aprovadas alavancavam um investimento total de 8,6 mil milhões de euros, participado por fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão em 4,2 mil milhões de euros. A região era assim a segunda maior beneficiária de fundos comunitários do QREN aprovados no país, concentrando 27,3% destes. No Programa Operacional Regional – Mais Centro, tinham sido aprovados 2.456 projectos, até esta data, o que se traduzia numa comparticipação de FEDER de 1,2 mil milhões de euros. A taxa de execução do Mais Centro era, a 30 de Junho de 2011, de 23,8%, o que significava que a despesa validada de fundo comunitário atingia quase um quarto da dotação prevista para o período de programação. De destacar ainda que a taxa de execução do Mais Centro era assim a mais elevada entre as cinco regiões do Continente.

]

[CONJUNTURA]

ENQUADRAMENTO NACIONAL

O Produto Interno Bruto diminuiu 0,9% em termos homólogos, no segundo trimestre de 2011. Esta diminuição deve-se, exclusivamente, à queda na procura interna, nomeadamente de forma acentuada nas despesas de consumo final das famílias e no investimento. A par com esta diminuição da procura, registou-se um agravamento homólogo do nível geral de preços. A taxa de desemprego nacional diminuiu face ao trimestre anterior, fixando-se em 12,1%. Também as exportações registaram um comportamento positivo, tendo crescido 8,4% neste trimestre.

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		2T11	1T11	4T10	3T10	2T10	2010	2009
PIB ¹	v. h. (%)	- 0,9	- 0,5	1,1	1,2	1,4	1,3	- 2,5
Procura interna	v. h. (%)	- 5,2	- 3,1	0,2	- 0,8	2,0	0,7	- 2,9
Consumo das famílias	v. h. (%)	- 3,4	- 2,2	1,2	2,1	3,2	2,3	- 1,1
Taxa de investimento	%	16,9	18,2	18,8	19,0	19,1	19,0	20,4
Exportações	v. h. (%)	8,4	8,4	7,8	8,5	9,6	8,8	- 11,6
Importações	v. h. (%)	- 5,4	- 0,9	3,7	1,2	9,6	5,1	- 10,6
VAB	v. h. (%)	- 1,1	- 0,5	0,4	1,2	1,5	1,3	- 2,3
Taxa de desemprego	%	12,1*	12,4*	11,1	10,9	10,6	10,8	9,5
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	3,7	3,7	2,4	1,9	1,0	1,4	- 0,8
Indicador de confiança dos consumidores	%	- 50,7	- 48,4	- 50,2	- 37,4	- 40,1	40,8	- 38,5
Indicador de clima económico	%	- 2,0	- 1,4	- 0,6	0,0	- 0,1	- 0,3	- 1,8
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,439	1,367	1,359	1,291	1,273	1,327	1,393
	v. h. (%)	13,1	- 1,2	- 8,0	- 9,8	- 6,5	- 4,8	- 5,3

USD - Dólar dos Estados Unidos; EUR - Euro
* No primeiro trimestre de 2011 o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados relativos ao Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. Esta nova série de dados não permite uma comparação directa com os dados anteriores, configurando, assim, uma quebra de série.

No segundo trimestre de 2011, o Produto Interno Bruto (PIB) nacional diminuiu 0,9% face ao trimestre homólogo de 2010² (Quadro 1). Tal como no trimestre anterior, em que o PIB tinha decrescido 0,5%, o comportamento do PIB deveu-se ao decréscimo da procura interna, uma vez que a procura externa registou um crescimento elevado.

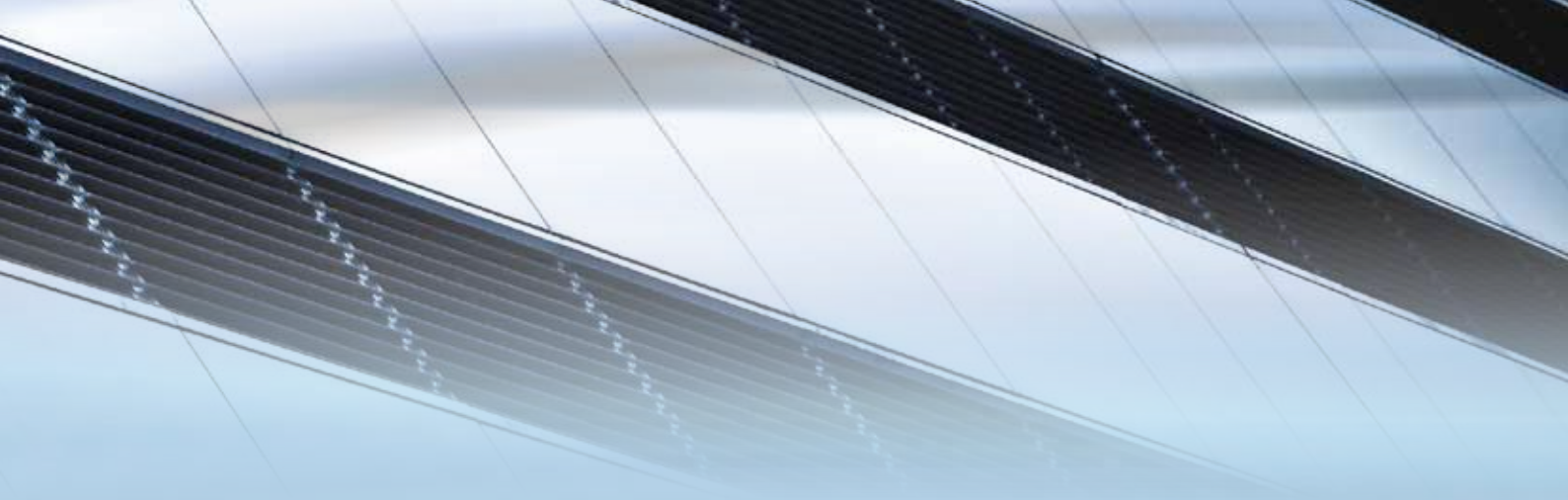
Este trimestre foi marcado por mínimos históricos quer relativamente ao valor da procura interna quer às suas componentes. De facto, a procura interna registou o maior decréscimo dos últimos anos (pelo menos desde o início de 1995³), diminuindo 5,2%, em termos homólogos, no segundo trimestre de 2011. Esta acentuada diminuição resultou do facto de todas as componentes da procura interna terem diminuído, com particular destaque para as despesas de consumo final das famílias e para o investimento que também atingiram os menores valores dos últimos 15 anos. As despesas de consumo final das famílias caíram, face ao trimestre homólogo, 3,4% e a taxa de investimento diminuiu 2,2 pontos percentuais (p.p.) face ao trimestre homólogo e 1,3 p.p. face ao trimestre anterior. A taxa de investimento (investimento em percentagem do PIB) foi assim, neste trimestre, de 16,9%.

¹ Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.

² Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste;

Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2008), ou outro indicador mais apropriado.

³ O ano de 1995 marca o início da nova série das Contas Nacionais Trimestrais que tem como ano base de referência 2006.



Relativamente à procura externa, o contributo para a evolução homóloga do PIB foi positivo, tendo as exportações aumentado 8,4% e as importações diminuído 5,4% em volume. A queda das importações reflectiu duas situações distintas: por um lado, o comportamento negativo da procura interna e, por outro, como alerta o Instituto Nacional de Estatística (INE), o efeito de base associado à importação de equipamento militar que ocorreu no segundo trimestre de 2010.

Do lado da oferta, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) gerado diminuiu, em termos homólogos, pelo segundo trimestre consecutivo (-1,1%). Neste segundo trimestre de 2011, ressalta a acentuada diminuição do VAB no ramo da “construção” que, após registar uma queda de 2,8% no primeiro trimestre, diminui agora 9,4%. Destacou-se ainda a desaceleração do crescimento do VAB no ramo da “indústria”, que passou de 2,6% no primeiro trimestre para 1,6% apesar de, segundo informação do INE, manter o maior contributo positivo para a variação homóloga do VAB total. O comportamento positivo do VAB do ramo da “indústria” continua a dever-se em grande parte ao crescimento das vendas para o mercado externo. Apenas outros dois ramos de actividade registaram um aumento homólogo do VAB: “actividades financeiras, de seguros e imobiliárias” (0,5%) e “agricultura, silvicultura e pescas” (0,7%).

No que respeita ao mercado de trabalho, no segundo trimestre de 2011, a taxa de desemprego nacional foi de 12,1%, diminuindo assim face ao trimestre anterior em que esta tinha atingido 12,4%. Apesar destes valores serem os dois primeiros de uma nova série de dados divulgada pelo INE, deixando assim de ser comparáveis com os valores divulgados nos trimestres dos anos anteriores, é de destacar que se mantêm acima dos que assumiam nos períodos homólogos.

O nível geral dos preços dos bens e serviços aumentou 3,7% no segundo trimestre de 2011 face a igual período do ano anterior. Este crescimento do Índice de Preços no Consumidor (IPC) foi idêntico ao registado no trimestre anterior, mantendo-se o maior crescimento homólogo dos últimos anos. Este aumento observado nos dois primeiros trimestres do ano reflecte, em grande medida, a alteração da taxa normal de IVA de 21% para 23% com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011. Tal como no trimestre anterior, o nível médio dos preços observou um decréscimo homólogo apenas na classe de bens “vestuário e calçado” (-2,0%). As restantes 11 classes de bens do IPC registaram um aumento do nível dos preços, destacando-se as classes “bebidas alcoólicas e tabaco” (9,6%), “transportes” (9,5%) e “habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis” (5,4%).

A confiança dos consumidores e a percepção dos empresários relativamente à actividade económica voltaram a deteriorar-se no segundo trimestre de 2011 face ao trimestre homólogo. O indicador de confiança dos consumidores⁴ e o indicador de clima económico⁵, ambos do INE, registaram o menor valor desde o início de 2009, agravando-se face aos trimestres anterior e homólogo.

Por último e como é habitual neste capítulo deste Boletim, uma breve nota sobre a evolução da taxa de câmbio⁶ do euro face ao dólar (USD/Euro). No trimestre terminado em Junho de 2011, após sucessivos decréscimos homólogos nos trimestres anteriores, registou-se um aumento muito acentuado desta taxa de câmbio (13,1%), assistindo-se assim a uma valorização do euro face ao seu valor no trimestre homólogo. O comportamento trimestral da taxa de câmbio ao longo do ano de 2010 e início de 2011 antecipava já esta valorização, uma vez que se tinham registado acréscimos sucessivos do seu valor. Esta situação potencia uma redução da competitividade das exportações nacionais pelo efeito do aumento de preços nos mercados extra-comunitários.

⁴ O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião.

⁵ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores mas que retrata as expectativas dos empresários.

⁶ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

MERCADO DE TRABALHO

Segundo informação do inquérito ao emprego divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística tendo por base a nova série de dados iniciada em 2011, na Região Centro⁷, o segundo trimestre do ano evidenciou uma melhoria, comparativamente com o trimestre anterior. A população activa registou uma ligeira recuperação face ao primeiro trimestre do ano, traduzindo um acréscimo de 0,4% na população empregada e uma redução de 2,3% no número de desempregados. Desta forma, a taxa de desemprego na região diminuiu para 9,5%.

⁷ A análise efectuada à Região Centro refere-se sempre a 100 municípios, pois é para esta NUTS II que são construídos e disponibilizados os dados do INE e da maior parte das outras fontes estatísticas utilizadas neste boletim.

No primeiro trimestre de 2011 o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados relativos ao Inquérito ao Emprego, obtida através de uma nova metodologia. A adopção de um novo modo de recolha da informação, que inclui, maioritariamente, entrevistas telefónicas, em detrimento das entrevistas presenciais, exigiu a introdução de alterações ao questionário. Essas alterações prenderam-se com o desdobramento de questões, a melhor operacionalização dos conceitos, os critérios de classificação dos indivíduos, os filtros e as opções de resposta. Foram ainda adoptadas novas tecnologias no processo de desenvolvimento e supervisão do trabalho de campo.

Face à introdução das modificações mencionadas, os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2011 não permitem uma comparação directa com os dados anteriores, configurando, assim, uma quebra total de série. Por este motivo, a análise reportada ao ano 2011, desenvolvida neste capítulo, tradicionalmente efectuada com recurso a variações homólogas, não é agora concretizável pela falta de dados comparáveis. A opção do “Região Centro – Boletim Trimestral” foi alterar o formato deste capítulo durante os três primeiros trimestres de 2011 até ser possível retomar a anterior forma de apresentação da informação. Desta forma, no primeiro trimestre a análise incidirá sobre a estrutura das rubricas e no presente trimestre e seguinte será efectuada uma análise à sua evolução trimestral.

No segundo trimestre de 2011, a taxa de actividade (15 e mais anos)⁸ registada em Portugal (61,6%) manteve-se, tal como em trimestres anteriores, inferior à evidenciada para a Região Centro (62,4%). Face ao trimestre anterior, ambos os territórios registaram um aumento ligeiro na taxa de actividade de 0,1 p.p. (Quadro 2). Numa desagregação por sexo verificou-se que na região, enquanto a taxa de actividade feminina cresceu em relação ao primeiro trimestre do ano, tendo atingido 56,6%, a masculina evidenciou uma redução, tendo-se posicionado em 68,6%.

⁸ A taxa de actividade (15 e mais anos), de acordo com o INE, “permite definir a relação entre população activa e a população em idade activa (com 15 e mais anos de idade)”.

⁹ Variação trimestral percentual - v. trim. (%) – trata-se da variação em relação ao trimestre imediatamente anterior, em percentagem do valor deste. Variação trimestral percentual real - v. trim. real (%) - variação trimestral em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2008), ou outro indicador mais apropriado.

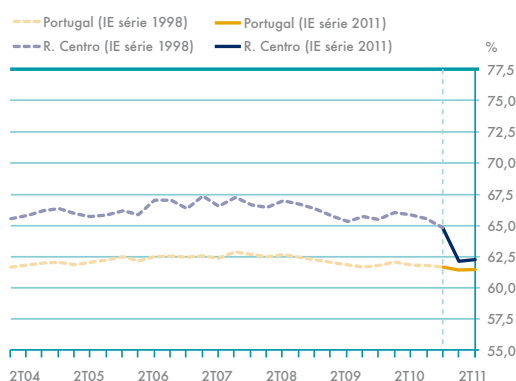
¹⁰ Segundo o INE, toma-se como população activa “o conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados)”.

Na Região Centro, a recuperação na taxa de actividade deveu-se a um acréscimo trimestral⁹ da população activa¹⁰ de 0,1%, respeitante, por um lado, a um aumento da população empregada de 0,4% e por outro lado, a uma redução de 2,3% nos desempregados, comparativamente com o trimestre anterior.

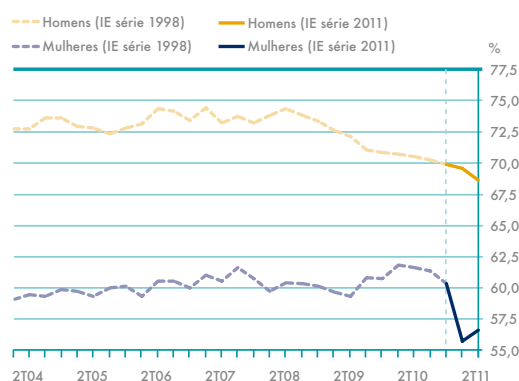
Ao contrário do sucedido com a população activa, a população inactiva¹¹, na Região Centro, evidenciou um decréscimo trimestral de 0,2%, no segundo trimestre de 2011. Em quase todas as categorias de inactividade foi visível uma diminuição, destacando-se, com a maior redução trimestral, os indivíduos domésticos (-2,5%).

¹¹ A população inactiva é “o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente activos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório”.

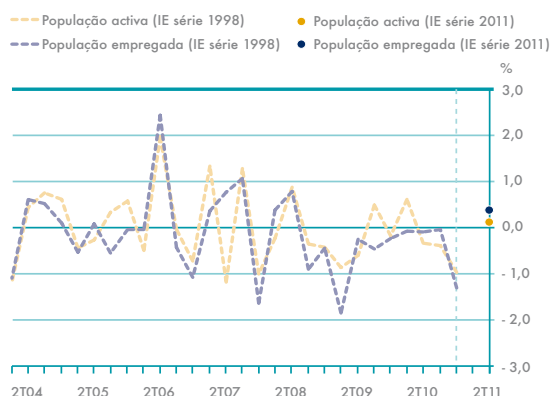
Taxa de actividade em Portugal e na Região Centro



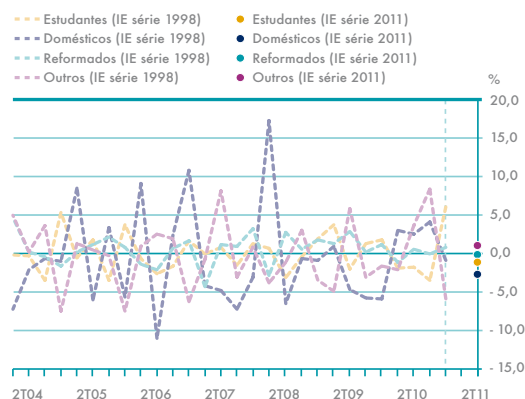
Taxa de actividade na Região Centro por sexo



População activa e população empregada na Região Centro (variação trimestral)



População inactiva na Região Centro por condição perante o trabalho (variação trimestral)



Quadro 2 – Actividade

		2T11	1T11	4T10	3T10	2T10	2010	2009
		média trimestral						
Taxa de actividade (15 e mais anos)								
Portugal	%	61,6	61,5	61,7	61,8	61,9	61,9	61,9
Região Centro	%	62,4	62,3	64,9	65,6	65,9	65,6	65,6
	v. trim. (p.p.)	0,1	n.d.	- 0,7	- 0,3	0,3	n.a.	n.a.
Homens	%	68,6	69,5	69,9	70,2	70,5	70,4	71,6
Mulheres	%	56,6	55,7	60,3	61,3	61,6	61,2	60,1
População activa – Região Centro								
	milhares	1.279,2	1.277,6	1.332,5	1.345,5	1.350,8	1.346,0	1.347,8
	v. trim. (%)	0,1	n.d.	- 1,0	- 0,4	- 0,3	n.a.	n.a.
Empregados	milhares	1.157,9	1.153,4	1.230,0	1.246,3	1.246,8	1.242,8	1.255,1
	v. trim. (%)	0,4	n.d.	- 1,3	0,0	- 0,1	n.a.	n.a.
Desempregados	milhares	121,3	124,2	102,5	99,2	104,0	103,2	92,7
	v. trim. (%)	- 2,3	n.d.	3,3	- 4,6	- 3,0	n.a.	n.a.
População inactiva* – Região Centro								
	milhares	1.095,1	1.097,5	1.047,2	1.034,1	1.028,4	1.033,5	1.035,2
	v. trim. (%)	- 0,2	n.d.	1,3	0,6	0,4	n.a.	n.a.
Estudantes	milhares	189,4	190,8	387,0	364,9	378,1	378,7	386,0
	v. trim. (%)	- 0,7	n.d.	6,1	- 3,5	- 1,7	n.a.	n.a.
Domésticos	milhares	94,4	96,8	101,0	101,9	97,9	99,1	101,3
	v. trim. (%)	- 2,5	n.d.	- 0,9	4,1	2,5	n.a.	n.a.
Reformados	milhares	343,8	345,0	374,0	370,9	371,1	371,2	367,0
	v. trim. (%)	- 0,3	n.d.	0,8	- 0,1	0,6	n.a.	n.a.
Outros	milhares	467,4	464,9	185,1	196,5	181,3	184,5	181,0
	v. trim. (%)	0,5	n.d.	- 5,8	8,4	3,6	n.a.	n.a.

n.d. - não disponível ; n.a. - não aplicável

* A partir do primeiro trimestre de 2011 a rubrica "Estudantes" passou a integrar apenas os estudantes com 15 e mais anos, estando os alunos com idades compreendidas entre os 5 e os 14 anos na rubrica "Outros". A rubrica "reformados" compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadraram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inactividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em "Outros".

A taxa de emprego¹² atingiu, no segundo trimestre de 2011, em Portugal e na Região Centro, 54,2% e 56,5%, respectivamente, traduzindo, em ambos os casos, um acréscimo de 0,3 p.p., face ao trimestre anterior (Quadro 3). A variação trimestral regional foi consequência de um crescimento da taxa de emprego feminina de 1,4 p.p. e da redução da taxa de emprego masculina de 1,1 p.p.. Apesar disso, a discrepância entre as taxas de emprego de homens e mulheres permaneceu significativa, 62,5% e 50,9%, respectivamente. Numa desagregação por idades, a taxa de emprego também evidenciou comportamentos distintos. Enquanto que nos jovens se assistiu a uma redução da taxa de emprego, no escalão dos 65 anos ou mais verificou-se um aumento de 2,3 p.p., entre o primeiro e o segundo trimestre de 2011.

A evolução trimestral das taxas de emprego regionais atrás mencionadas reflecte o comportamento da população empregada. Assim, no segundo trimestre de 2011, registou-se, na Região Centro, um aumento dos indivíduos empregados face ao trimestre anterior. Para esse crescimento foi decisivo o contributo do sexo feminino. Já em relação à decomposição etária da população empregada, o único escalão a registar uma diminuição foi o dos indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 24 anos que, face ao trimestre anterior, recuou 5,9%.

No que se refere ao sector de actividade, o segundo trimestre de 2011 evidenciou um crescimento significativo do emprego na Região Centro nas "actividades financeiras, imobiliárias, científicas e serviços prestados às empresas" (10,0%), relativamente ao primeiro trimestre do ano. Inversamente, o sector da "construção" foi marcado por uma diminuição trimestral de 6,1%.

¹² A taxa de emprego é dada pelo quociente entre a população empregada e a população com mais de 15 anos de idade.

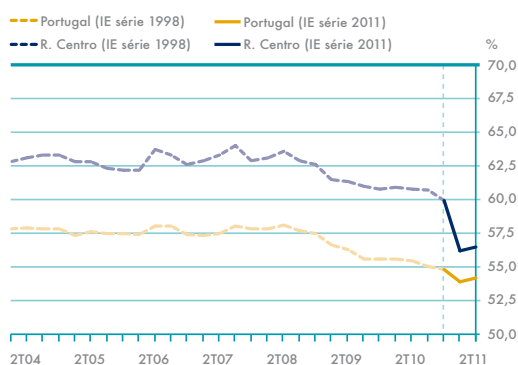
Em relação à variação trimestral do emprego de acordo com a situação profissional dos trabalhadores, na Região Centro, no segundo trimestre de 2011, registou-se, por um lado, o crescimento dos trabalhadores por conta de outrem e, por outro, uma diminuição dos trabalhadores por conta própria, com particular incidência nos trabalhadores empregadores que reduziram, do primeiro para o segundo trimestre do ano, 16,3%.

O crescimento verificado nos trabalhadores por conta de outrem foi maioritariamente resultado da variação dos contratados sem termo, que aumentaram 4,0%, apesar de, também nos contratos com termo, se ter registado um acréscimo trimestral, no segundo trimestre de 2011. No que respeita ao regime de duração do trabalho, os empregados por conta de outrem a tempo completo aumentaram, face ao trimestre anterior, enquanto que os empregados a tempo parcial sofreram uma redução trimestral acentuada (-10,2%). Já relativamente às habilitações literárias dos trabalhadores por conta de outrem é de salientar a redução muito expressiva no escalão dos indivíduos sem qualquer grau de escolaridade (-45,6%).

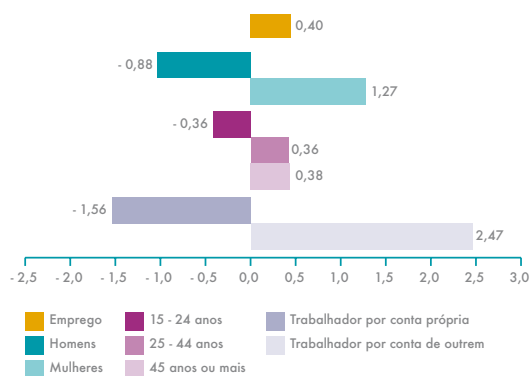
¹³ "A contribuição de uma dada componente para a variação trimestral de um determinado agregado populacional no trimestre t é calculada como a variação trimestral (absoluta) dessa componente em relação ao nível inicial (do trimestre anterior) do agregado em causa. Por exemplo, sendo A a população activa, E a população empregada e D a população desempregada, os contributos (em %) da variação trimestral da população empregada e da população desempregada para a variação trimestral da população activa são, respectivamente, dados por $[(E_t - E_{t-1})/A_{t-1}] * 100$ e $[(D_t - D_{t-1})/A_{t-1}] * 100$, em que t é o trimestre. A soma dos contributos das várias componentes de um agregado iguala a taxa de variação trimestral desse agregado. Neste exemplo, a soma dos contributos das duas componentes, emprego e desemprego, iguala a taxa de variação trimestral da população activa".

¹⁴ Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em "Trabalhadores por conta de outrem", "Trabalhadores por conta própria", "Trabalhadores familiares não remunerados" e "Outra situação".

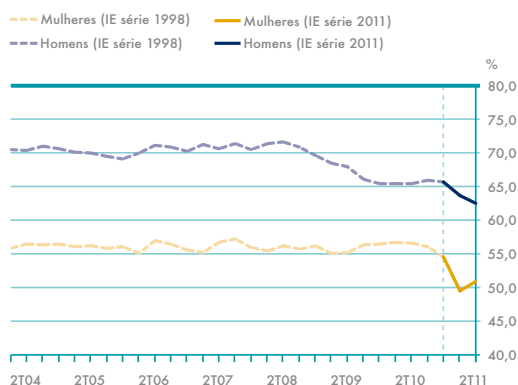
Taxa de emprego em Portugal e na Região Centro



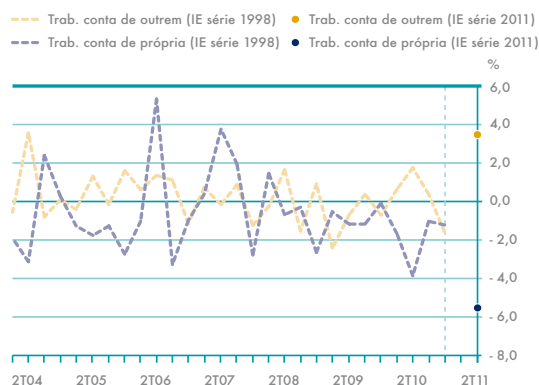
Contributos¹³ para a taxa de variação trimestral do emprego na Região Centro (%)



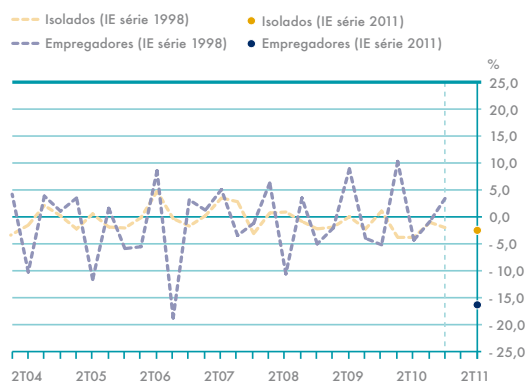
Taxa de emprego na Região Centro por sexo



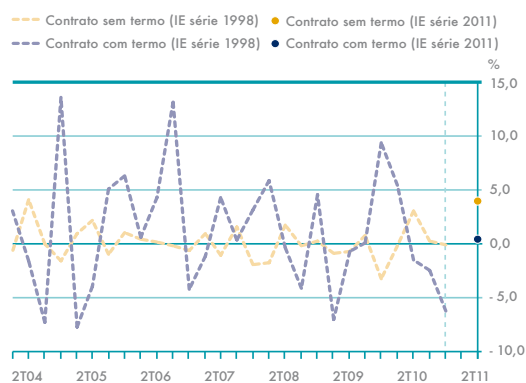
População empregada na Região Centro por situação na profissão¹⁴ (variação trimestral)



População empregada por conta própria na Região Centro (variação trimestral)



População empregada por conta de outrem na Região Centro por contrato de trabalho (variação trimestral)



Quadro 3 – Emprego

		2T11	1T11	4T10	3T10	2T10	2010	2009
		média trimestral						
Taxa de emprego (15 e mais anos)								
Portugal	%	54,2	53,9	54,8	55,0	55,4	55,2	56,0
Região Centro	%	56,5	56,2	59,9	60,7	60,8	60,6	61,2
	v. trim.(p.p.)	0,3	n.d.	- 0,8	- 0,1	- 0,1	n.a.	n.a.
Homens	%	62,5	63,6	65,7	65,9	65,4	65,6	66,9
Mulheres	%	50,9	49,5	54,6	56,0	56,6	56,0	55,8
15 - 24 anos	%	26,1	27,5	28,5	29,8	30,5	29,8	32,1
65 anos ou mais	%	24,6	22,3	29,5	29,9	30,7	30,5	33,1
População empregada – Região Centro	milhares	1.157,9	1.153,4	1.230,0	1.246,3	1.246,8	1.242,8	1.255,1
	v. trim. (%)	0,4	n.d.	- 1,3	0,0	- 0,1	n.a.	n.a.
Homens	v. trim. (%)	- 1,6	n.d.	- 0,3	0,9	0,0	n.a.	n.a.
Mulheres	v. trim. (%)	2,8	n.d.	- 2,4	- 1,0	- 0,2	n.a.	n.a.
15 - 24 anos	v. trim. (%)	- 5,9	n.d.	- 5,2	- 3,0	- 0,8	n.a.	n.a.
25 - 44 anos	v. trim. (%)	0,8	n.d.	- 1,8	0,1	1,2	n.a.	n.a.
45 anos ou mais	v. trim. (%)	0,8	n.d.	- 0,4	0,3	- 1,2	n.a.	n.a.
Agricultura, floresta, caça, pesca e produção animal	v. trim. (%)	0,1	n.d.	- 0,9	0,2	- 6,0	n.a.	n.a.
Indústria, incluindo energia, gás e água	v. trim. (%)	4,2	n.d.	- 1,8	- 1,6	2,0	n.a.	n.a.
Construção	v. trim. (%)	- 6,1	n.d.	2,4	8,0	3,9	n.a.	n.a.
Comércio e reparações, alojamento e restauração; transportes e comunicações	v. trim. (%)	- 5,1	n.d.	- 3,8	2,6	- 3,8	n.a.	n.a.
Actividades financeiras, imobiliárias, científicas e serviços prestados às empresas	v. trim. (%)	10,0	n.d.	- 11,6	8,8	22,7	n.a.	n.a.
Outros serviços	v. trim. (%)	3,6	n.d.	1,9	- 6,5	1,6	n.a.	n.a.
Trabalhadores por conta de outrem	milhares	843,8	815,3	845,6	859,1	855,8	850,4	839,9
	v. trim. (%)	3,5	n.d.	- 1,6	0,4	1,8	n.a.	n.a.
Contratos sem termo	v. trim. (%)	4,0	n.d.	- 0,2	0,2	3,0	n.a.	n.a.
Contratos com termo	v. trim. (%)	0,4	n.d.	- 6,3	- 2,5	- 1,6	n.a.	n.a.
Tempo completo	v. trim. (%)	4,6	n.d.	- 1,5	0,8	1,9	n.a.	n.a.
Tempo parcial	v. trim. (%)	- 10,2	n.d.	- 2,5	- 6,7	0,2	n.a.	n.a.
Nenhum grau de escolaridade	v. trim. (%)	- 45,6	n.d.	7,1	24,2	- 29,5	n.a.	n.a.
Básico	v. trim. (%)	5,0	n.d.	- 2,8	0,0	1,3	n.a.	n.a.
Secundário e pós-secundário	v. trim. (%)	5,3	n.d.	- 0,3	3,9	10,1	n.a.	n.a.
Superior	v. trim. (%)	3,4	n.d.	1,2	- 4,4	- 2,9	n.a.	n.a.
Trabalhadores por conta própria	milhares	307,6	325,6	368,9	373,5	377,4	378,1	402,3
	v. trim. (%)	- 5,5	n.d.	- 1,2	- 1,0	- 3,9	n.a.	n.a.
Isolados	v. trim. (%)	- 2,6	n.d.	- 2,1	- 1,1	- 3,8	n.a.	n.a.
Empregadores	v. trim. (%)	- 16,3	n.d.	3,8	- 0,9	- 4,2	n.a.	n.a.

n.d. - não disponível ; n.a. - não aplicável

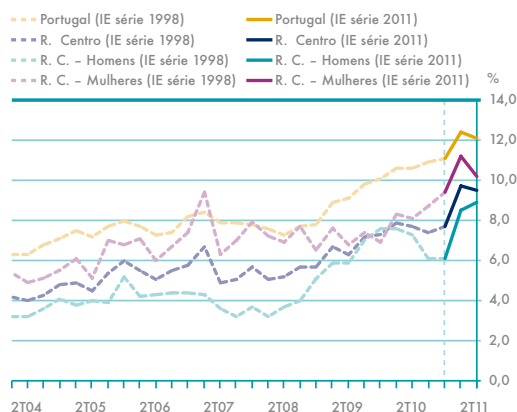
No segundo trimestre de 2011, a taxa de desemprego¹⁵ em Portugal atingiu 12,1%, e na Região Centro situou-se em 9,5% (Quadro 4). Estes valores configuraram uma ligeira melhoria no desemprego, comparativamente com o trimestre anterior, na medida em que diminuíram 0,3 p.p., no caso português e 0,2 p.p. na região. Na Região Centro, a taxa de desemprego masculina (8,9%) manteve-se inferior à feminina (10,2%) mas, enquanto que esta diminuiu face ao primeiro trimestre de 2011, aquela registou um aumento. Por escalões etários, os jovens foram os mais afectados pelo desemprego uma vez que, no segundo trimestre de 2011, a taxa de desemprego da população dos 15 aos 24 anos foi a mais elevada, atingindo 21,4%. No entanto, face ao trimestre anterior, apenas os indivíduos com 45 anos ou mais sentiram um aumento da respectiva taxa de desemprego.

O valor da taxa de desemprego regional, no segundo trimestre de 2011, traduziu uma realidade de 121,3 milhares de desempregados, resultado de um decréscimo de 2,3% face ao primeiro trimestre do ano. Foi a população feminina quem contribuiu para esta redução uma vez que os desempregados do sexo feminino contraíram 7,4%, enquanto que os desempregados do sexo masculino registaram um aumento de 3,5%. Já no que respeita à desagregação da população desempregada por idades, o maior contributo para a taxa de variação trimestral do desemprego, na Região Centro, adveio dos indivíduos do escalão dos 25 aos 44 anos, apesar do maior decréscimo trimestral dos desempregados ter ocorrido nos indivíduos mais jovens. Contrariamente, a população desempregada com 45 anos ou mais viu o seu número aumentar do primeiro para o segundo trimestre de 2011.

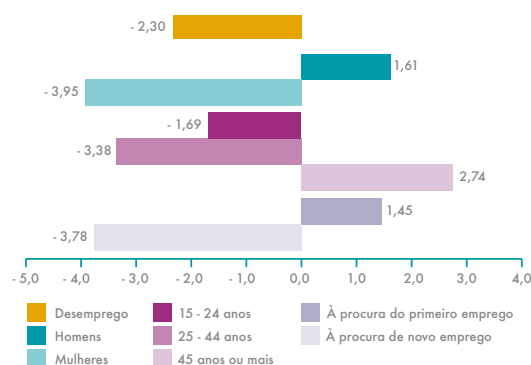
¹⁵ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população activa.

Também no que respeita aos desempregados segundo o tipo de desemprego, foram os que procuravam novo emprego que conduziram à redução do desemprego na Região Centro, no segundo trimestre de 2011, uma vez que, enquanto neste grupo se verificou uma redução trimestral de 4,1%, relativamente aos indivíduos que procuravam o primeiro emprego constatou-se um acréscimo significativo (17,5%). Em relação aos desempregados segundo a duração da situação de desemprego, a maior diminuição trimestral reportou-se ao grupo dos indivíduos que se encontravam desempregados há 12 meses ou mais (-4,2%).

Taxa de desemprego em Portugal e na Região Centro (por sexo)



Contributos para a taxa de variação trimestral do desemprego na Região Centro (%)



Quadro 4 – Desemprego		2T11	1T11	4T10	3T10	2T10	2010	2009
		média trimestral						
Taxa de desemprego								
Portugal	%	12,1	12,4	11,1	10,9	10,6	10,8	9,5
Região Centro	%	9,5	9,7	7,7	7,4	7,7	7,7	6,9
	v. trim. (p.p.)	- 0,2	n.d.	0,3	- 0,3	- 0,2	n.a.	n.a.
Homens	%	8,9	8,5	6,1	6,1	7,3	6,8	6,6
Mulheres	%	10,2	11,2	9,4	8,7	8,1	8,6	7,2
15 - 24 anos	%	21,4	22,2	17,4	19,9	14,9	17,3	16,1
25 - 44 anos	%	10,7	11,4	9,4	8,5	9,5	9,3	8,5
45 anos ou mais	%	6,5	6,0	4,7	4,4	4,9	4,6	3,8
População desempregada – Região Centro		milhares	121,3	124,2	102,5	99,2	104,0	103,2
	v. trim. (%)	- 2,3	n.d.	3,3	- 4,6	- 3,0	n.a.	n.a.
Homens	v. trim. (%)	3,5	n.d.	- 1,6	- 16,2	- 3,4	n.a.	n.a.
Mulheres	v. trim. (%)	- 7,4	n.d.	7,1	6,4	- 2,6	n.a.	n.a.
15 - 24 anos	v. trim. (%)	- 10,6	n.d.	- 19,3	37,5	- 16,0	n.a.	n.a.
25 - 44 anos	v. trim. (%)	- 6,0	n.d.	9,4	- 11,5	- 4,8	n.a.	n.a.
45 anos ou mais	v. trim. (%)	9,9	n.d.	6,9	- 10,2	8,5	n.a.	n.a.
À procura do primeiro emprego	v. trim. (%)	17,5	n.d.	0,9	42,3	- 28,4	n.a.	n.a.
À procura de novo emprego	v. trim. (%)	- 4,1	n.d.	3,8	- 8,6	0,0	n.a.	n.a.
Há menos de 12 meses	v. trim. (%)	- 0,2	n.d.	20,9	6,0	- 18,3	n.a.	n.a.
Há 12 meses ou mais	v. trim. (%)	- 4,2	n.d.	- 8,8	- 10,8	8,9	n.a.	n.a.

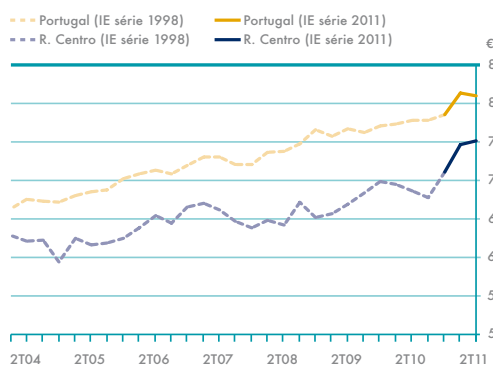
n.d. - não disponível ; n.a. - não aplicável

A evolução trimestral nominal do salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem evidenciou sentidos opostos em Portugal e na Região Centro, no segundo trimestre de 2011. Enquanto que em Portugal se registou uma diminuição, passando o valor médio da retribuição líquida a situar-se em 809€ por mês, na Região Centro verificou-se um aumento, atingindo 751€ (Quadro 5). Contudo, ao se eliminar a variação do nível geral dos preços, verificou-se um decréscimo trimestral real em ambos os territórios, apesar de mais pronunciado a nível nacional do que regional.

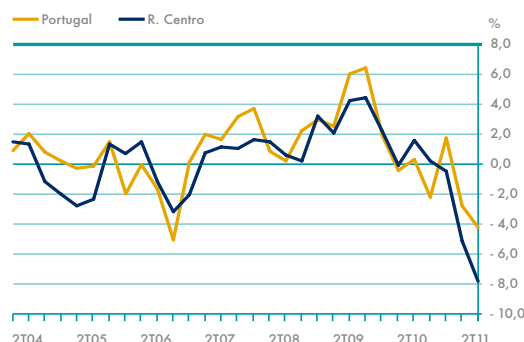
¹⁶ O Índice de Custo do Trabalho definido pelo INE corresponde ao custo médio da mão-de-obra, na óptica do empregador, dado por hora efectivamente trabalhada. Abarca o custo das remunerações directas e principais benefícios (salários, prémios, bónus, etc.) e outros encargos suportados pela entidade patronal.

Relativamente ao Índice de Custo do Trabalho¹⁶, e numa análise em termos homólogos reais, verificou-se uma diminuição significativa dos custos da mão-de-obra que os empregadores tiveram que suportar no segundo trimestre de 2011. Esta variação foi mais expressiva na região (-7,9%) do que em Portugal (-4,2%) e traduz o acentuar da evolução verificada no primeiro trimestre do ano.

Salário médio líquido mensal em Portugal e na Região Centro



Índice de Custo do Trabalho em Portugal e na Região Centro (variação homóloga real)



Quadro 5 – Salários e Custos do Trabalho

		2T11	1T11	4T10	3T10	2T10	2010	2009
		média trimestral						
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	809	813	785	777	777	778	764
	v. trim. real (%)	- 1,8	n.d.	0,3	- 0,2	- 0,8	n.a.	n.a.
Região Centro	€	751	746	710	677	686	692	677
	v. trim. real (%)	- 0,7	n.d.	4,2	- 1,5	- 2,5	n.a.	n.a.
Índice de Custo do Trabalho								
Portugal	v. h. real (%)	- 4,2	- 2,8	1,7	- 2,2	0,3	- 0,1	4,1
	v. h. real (%)	- 7,9	- 5,1	- 0,5	0,2	1,6	0,3	3,2

n.d. - não disponível ; n.a. - não aplicável

DESEMPREGO REGISTRADO

Os desempregados registados no IEFP, na Região Centro, no segundo trimestre de 2011, evidenciaram a maior redução homóloga dos últimos três anos, conduzindo à mais baixa taxa de desemprego registado desde o terceiro trimestre de 2009, que atingiu 6,1%. A diminuição da taxa de desemprego registado, face ao segundo trimestre de 2010, foi igualmente visível em 88 dos 100 municípios da região.

¹⁷ A taxa de desemprego registado foi construída tendo em conta o rácio entre o desemprego registado (dados do IEFP) e a população média no grupo etário dos 15 – 64 anos, por município ou região, no ano de 2009 (dados do INE). Devido à sua fórmula de cálculo, a taxa de desemprego registado não deve, por isso, ser comparada com a taxa de desemprego divulgada pelo INE. No Inquérito ao Emprego realizado pelo INE, os valores referem-se à estimativa efectuada da população desempregada e da população activa. No caso da taxa de desemprego registado, contabilizam-se os indivíduos que se registaram como desempregados no IEFP face ao total da população residente com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos, independentemente de serem considerados ou não população activa.

De acordo com informação do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), no segundo trimestre de 2011, existiam na Região Centro 95,5 milhares de desempregados (Quadro 6). Este valor traduz um decréscimo dos desempregados inscritos nos centros de emprego, os quais evidenciaram a maior redução homóloga dos últimos três anos. Em consequência, também a taxa de desemprego registado¹⁶ apresentou uma diminuição para 6,1%, o valor mais baixo desde o terceiro trimestre de 2009. Contudo, as colocações efectuadas pelo IEFP contraíram-se significativamente, face a igual período do ano anterior, apresentando a maior variação negativa dos últimos dois anos e meio. As novas inscrições de desempregados evidenciaram um decréscimo homólogo, apesar de menos expressivo do que nos trimestres anteriores.

Quadro 6 – Desemprego Registrado

		2T11	1T11	4T10	3T10	2T10	2010	2009
							média trimestral	
Dados do IEFP – Região Centro								
Desemprego registado*	milhares	95,5	101,5	99,0	101,4	104,8	103,0	94,8
	v. h. (%)	- 8,8	- 4,9	1,1	8,1	10,5	8,6	22,3
Taxa de desemprego registado	%	6,1	6,5	6,4	6,5	6,7	6,6	6,1
Novos desempregados	milhares	29,9	35,8	34,1	37,6	31,0	35,7	37,7
	v. h. (%)	- 3,5	- 10,5	- 5,7	- 6,4	- 6,4	- 5,3	10,4
Colocações do IEFP	milhares	6,1	5,2	5,1	7,8	6,9	6,3	5,6
	v. h. (%)	- 11,6	- 5,9	- 9,3	9,5	29,4	13,3	- 8,3

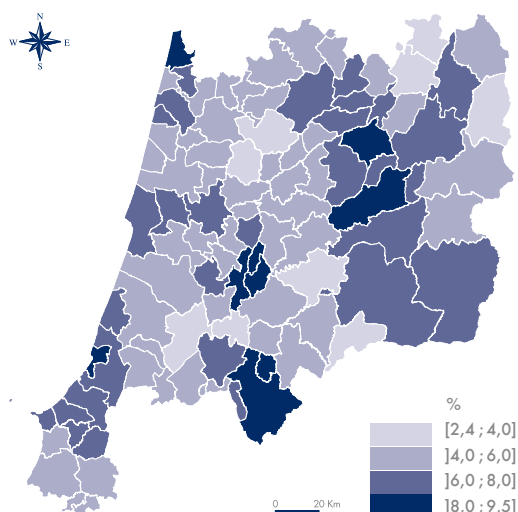
* valores médios trimestrais

Numa análise por NUTS III verificou-se que, no segundo trimestre de 2011, as taxas de desemprego registado mais elevadas da região continuaram a ser observadas na Cova da Beira (8,9%) e na Serra da Estrela (7,9%). No entanto, face ao trimestre homólogo, estas sub-regiões registaram das maiores reduções do indicador (-0,8 p.p. e -1,0 p.p., respectivamente), tendo apenas sido ultrapassadas pelas variações ocorridas na Beira Interior Sul (-1,4 p.p.) e Dão-Lafões (-1,2 p.p.). Nas restantes sub-regiões constatou-se igualmente uma diminuição homóloga da taxa de desemprego registado, no segundo trimestre de 2011, embora de menor intensidade, tendo a mais ténue sido verificada no Pinhal Interior Sul (-0,1 p.p.).

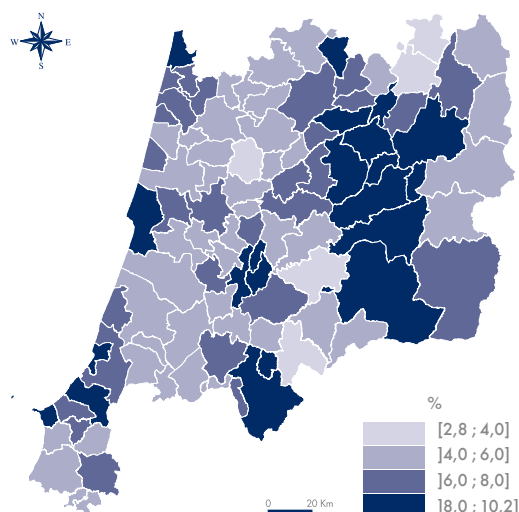
Ao nível municipal, no segundo trimestre de 2011, identificaram-se 38 municípios com valores da taxa de desemprego registado superiores ao da Região Centro, destacando-se Covilhã, Castanheira de Pêra e Figueiró dos Vinhos por evidenciarem os valores mais elevados (acima dos 9%). Em situação oposta, com as menores taxas de desemprego registado, inferiores a 3%, mantiveram-se, tal como no trimestre anterior, Oleiros, Trancoso, Mortágua e Meda.

No que respeita à evolução da taxa de desemprego registado municipal, no segundo trimestre de 2011, constatou-se uma diminuição homóloga daquele indicador na generalidade dos municípios, realçando-se as variações ocorridas em Nelas (-2,5 p.p), Penalva do Castelo (-2,2 p.p.), Vila de Rei e Vila Nova de Paiva (ambas com uma redução de 2,0 p.p.). Apenas 12 municípios registaram acréscimos homólogos na taxa de desemprego registado, sendo de destacar Pampilhosa da Serra, com uma variação de 1,3 p.p. e que, tal como no trimestre anterior, continua a evidenciar dos maiores aumentos, e ainda Mação com uma subida de 0,9 p.p..

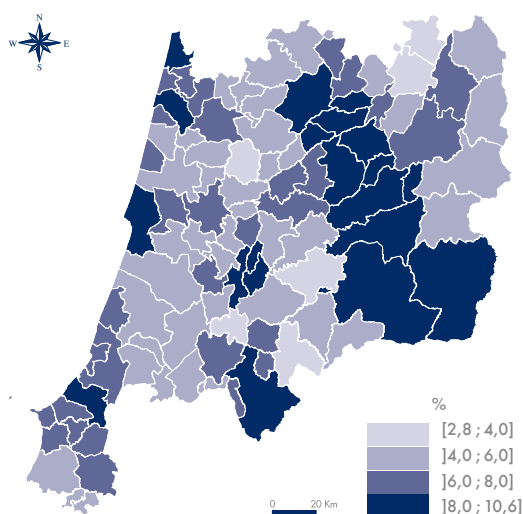
Taxa de desemprego registado no segundo trimestre de 2011



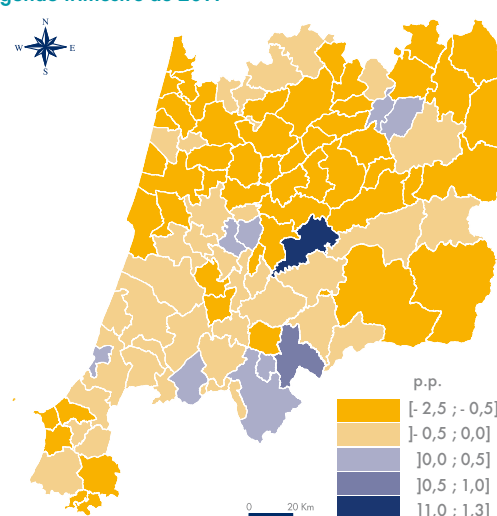
Taxa de desemprego registado no primeiro trimestre de 2011



Taxa de desemprego registado no segundo trimestre de 2010



Variação homóloga da taxa de desemprego registado no segundo trimestre de 2011



EMPRESAS

No segundo trimestre de 2011 acentuaram-se os constrangimentos orçamentais das empresas na medida em que a redução homóloga no crédito concedido pelas instituições financeiras foi mais acentuada do que no trimestre anterior e a percentagem do crédito vencido em relação ao concedido continuou a aumentar. Também as acções de insolvência continuaram a registar um crescimento homólogo, apesar de muito mais ligeiro do que nos trimestres anteriores. Não obstante, comparativamente com igual período do ano anterior, verificou-se um crescimento na constituição de empresas, no segundo trimestre de 2011.

As empresas constituídas no segundo trimestre de 2011 continuaram a aumentar face a igual período de 2010, tal como ocorreu no trimestre anterior (Quadro 7). Contudo, enquanto que em Portugal a variação ocorreu a um ritmo mais lento do que no primeiro trimestre de 2011, na Região Centro o crescimento homólogo foi mais expressivo. Ainda assim, a dinâmica na constituição de empresas, reflectida nas variações homólogas do indicador, continuou superior a nível nacional (16,6%) do que regional (12,8%).

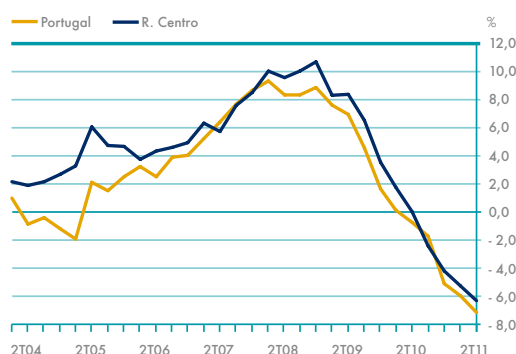
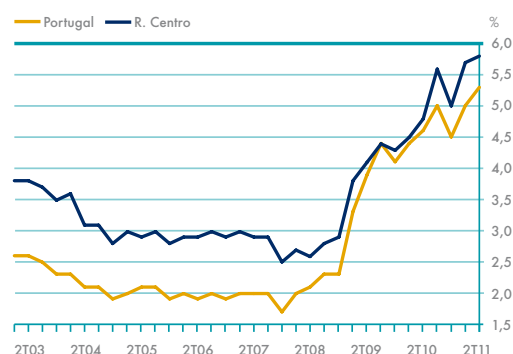
Os empréstimos concedidos às sociedades não financeiras acentuaram o decréscimo homólogo real, no segundo trimestre de 2011. Esta redução foi mais significativa em Portugal (-7,1%) do que na Região Centro (-6,3%), traduzindo-se, em qualquer das situações, na maior redução dos últimos anos.

Também relativamente à percentagem de crédito vencido¹⁸ no total do crédito concedido verificou-se o agravamento das condições das empresas, no segundo trimestre de 2011. Efectivamente, tem-se assistido, desde o final de 2010 ao crescimento contínuo deste rácio que culminou, no segundo trimestre de 2011, com o valor mais elevado, registado tanto em Portugal como na região, desde pelo menos 2003. Na Região Centro, no segundo trimestre de 2011, as dificuldades continuaram mais acentuadas do que em território nacional na medida em que, enquanto em Portugal o crédito vencido correspondia a 5,3% do crédito concedido pelas instituições financeiras, na região o valor era de 5,8%.

Já o número de acções de insolvência¹⁹, no segundo trimestre de 2011, apesar de continuar a evidenciar um aumento face a igual período do ano anterior, registou um abrandamento muito significativo no ritmo de crescimento, especialmente em Portugal, podendo denotar um cenário menos negativo no sector empresarial.

¹⁸ De acordo com o Banco de Portugal, o crédito vencido compreende as situações de créditos cujos prazos de amortização não foram respeitados pelo devedor, ou seja, créditos por regularizar no prazo máximo de 30 dias após o seu vencimento.

¹⁹ A Coface - Serviços Portugal, S.A. disponibiliza as acções de insolvência publicadas em Diário da República de acordo com a seguinte classificação: declarada a insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de acções de insolvência inclui estas quatro classificações.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
(variação homóloga real)**Crédito vencido das sociedades não financeiras no total do crédito concedido****Quadro 7 – Empresas**

		2T11	1T11	4T10	3T10	2T10	2010	2009
		média trimestral						
Empresas constituídas								
Portugal	n.º	8.776	10.947	7.275	6.615	7.529	7.656	7.683
	v. h. (%)	16,6	18,9	- 2,2	- 6,0	0,8	- 0,3	- 12,6
Região Centro	n.º	1.550	1.947	1.333	1.224	1.374	1.421	1.427
	v. h. (%)	12,8	11,0	- 3,6	- 7,1	- 1,7	- 0,4	- 7,5
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras								
Portugal	milhões €	119.225	119.524	118.993	122.997	123.776	122.059	122.607
	v. h. real (%)	- 7,1	- 5,9	- 5,0	- 1,6	- 0,7	- 1,8	5,2
Região Centro	milhões €	18.614	18.619	18.612	18.878	19.150	18.895	18.858
	v. h. real (%)	- 6,3	- 5,2	- 4,1	- 2,4	0,1	- 1,2	6,8
Crédito vencido (em percentagem do crédito concedido)								
Portugal	%	5,3	5,0	4,5	5,0	4,6	4,8	3,9
	%	5,8	5,7	5,0	5,6	4,8	5,2	4,2
Acções de Insolvência								
Portugal	n.º	1.575	1.621	1.432	1.257	1.498	1.373	956
	v. h. (%)	5,1	24,2	27,6	39,7	64,1	43,6	46,9
Região Centro	n.º	329	320	310	261	290	282	192
	v. h. (%)	13,4	20,3	42,2	32,5	50,3	46,7	50,0

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

A actividade comercial internacional, no segundo trimestre de 2011, na Região Centro foi marcada, em termos reais, por um crescimento homólogo menos acentuado do que no trimestre anterior. Em Portugal verificou-se uma situação diversa: o fluxo de saídas registou um crescimento real mais significativo e as entradas intensificaram a sua redução.

A saída de bens, quer de empresas nacionais quer de empresas sediadas na Região Centro, registou um aumento homólogo real²⁰ de 8,9% e 0,7%, respectivamente, no segundo trimestre de 2011 (Quadro 8). Contudo, enquanto que em Portugal essa variação foi mais expressiva do que a evidenciada no trimestre anterior, na Região Centro correspondeu a uma desaceleração da tendência de crescimento. Em termos reais, no segundo trimestre de 2011, o aumento das saídas de bens nacionais, face ao trimestre homólogo, ocorreu tanto para o mercado intra-comunitário como, de forma mais pronunciada, para o mercado extra-comunitário, onde se apurou uma variação homóloga real de 12,8%. Já na Região Centro foi visível um acréscimo homólogo real das saídas para fora do mercado comunitário (3,1%) mas relativamente ao mercado intra-comunitário verificou-se uma estagnação uma vez que a variação homóloga real foi nula.

²⁰ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos.

²¹ As secções da Nomenclatura Combinada aqui consideradas foram escolhidas em função dos montantes transaccionados no início de 2008 e no final de 2009, no que toca quer a saídas quer a entradas.

Na Região Centro, das doze secções da Nomenclatura Combinada consideradas²¹, nove registaram um crescimento homólogo real das saídas de bens, no segundo trimestre de 2011. Destas, destacam-se as “Indústrias químicas e conexas” por continuarem a apresentar um crescimento homólogo real muito significativo (65,2%). Também as saídas de bens da secção “Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria” apresentaram um aumento homólogo real importante (22,2%), acentuando a sua variação face ao trimestre anterior. Em sentido contrário, com decréscimos reais em relação ao segundo trimestre de 2010, encontravam-se apenas três secções: “Pastas de madeira e papel” (-44,1%), “Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras” (-3,7%) e “Plástico, borracha e suas obras” (-2,6%).

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens – Saídas*

		2T11	1T11	4T10	3T10	2T10	2010	2009
		média trimestral						
Portugal	milhões €	10.738,4	10.213,4	9.726,7	9.228,1	9.148,0	9.190,6	7.924,2
	v. h. real (%)	8,9	8,7	8,7	8,5	11,2	10,3	- 14,4
Intra-comunitárias	milhões €	8.002,9	7.841,6	7.296,9	6.819,8	6.897,6	6.893,3	5.973,1
	v. h. real (%)	7,6	10,2	8,1	8,8	9,9	9,7	- 13,3
Extra-comunitárias	milhões €	2.735,5	2.371,8	2.429,8	2.408,3	2.250,5	2.297,2	1.951,1
	v. h. real (%)	12,8	4,1	10,3	7,5	15,5	11,9	- 17,4
Região Centro	milhões €	2.069,0	2.030,7	1.949,0	1.807,6	1.906,5	1.853,2	1.617,0
	v. h. real (%)	0,7	7,0	5,9	6,0	14,1	9,0	- 11,1
Intra-comunitárias	milhões €	1.601,6	1.577,6	1.471,8	1.383,7	1.485,8	1.424,6	1.253,5
	v. h. real (%)	0,0	7,2	2,9	5,0	13,8	8,0	- 13,6
Extra-comunitárias	milhões €	467,4	453,1	477,2	424,0	420,7	428,7	363,5
	v. h. real (%)	3,1	6,3	16,4	9,2	15,0	12,1	- 1,4
Totais (intra + extra-comunitárias)								
Produtos animais	v. h. real (%)	19,7	19,1	17,8	1,7	3,7	9,5	- 4,7
Produtos vegetais	v. h. real (%)	13,7	6,1	7,3	3,0	- 16,2	0,5	25,8
Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	v. h. real (%)	0,4	5,4	3,9	7,6	14,9	6,6	14,3
Indústrias químicas e conexas	v. h. real (%)	65,2	72,5	17,7	- 8,3	- 0,6	2,1	9,3
Plástico, borracha e suas obras	v. h. real (%)	- 2,6	10,6	11,8	19,4	68,9	36,8	- 3,9
Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	v. h. real (%)	22,2	14,5	- 4,7	- 6,4	- 4,2	- 3,8	- 14,6
Pastas de madeira e papel	v. h. real (%)	- 44,1	- 45,9	12,6	19,7	28,0	17,6	6,5
Matérias têxteis e suas obras	v. h. real (%)	16,0	14,2	8,9	- 0,2	2,6	2,2	- 13,6
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	v. h. real (%)	- 3,7	2,7	- 0,3	0,7	1,6	1,2	- 10,6
Metais comuns e suas obras	v. h. real (%)	0,5	10,4	- 13,1	1,1	21,1	7,3	- 15,2
Máquinas e aparelhos, material eléctrico, aparelhos de som e imagem e suas partes e acessórios	v. h. real (%)	9,6	10,9	6,3	8,2	4,0	4,2	- 16,3
Material de transporte	v. h. real (%)	1,2	17,9	14,0	9,8	13,6	15,1	- 28,1

* Os valores apresentados para 2009 são dados definitivos e os apresentados para 2010 e 2011 são dados preliminares (revistos trimestralmente).

Ao nível das entradas de bens de outros países, a evolução foi diferenciada em Portugal e na Região Centro, no segundo trimestre de 2011. Em Portugal este fluxo apresentou uma redução homóloga real mais intensa do que no primeiro trimestre de 2011, tendo atingido 7,3% (Quadro 9). Esta variação foi impulsionada pelo decréscimo ocorrido nas entradas de bens provenientes da União Europeia (-11,8%). Já na Região Centro, o valor real das entradas cresceu, no segundo

trimestre de 2011, por comparação com igual período do ano anterior, mas a um ritmo inferior ao do primeiro trimestre de 2011. Esta desaceleração do ritmo de crescimento resultou de um aumento homólogo real das entradas intra-comunitárias (9,8%) mais ligeiro do que no trimestre anterior e de um decréscimo homólogo real das entradas do mercado extra-comunitário (-6,3%), as quais inverteram assim o sentido observado no primeiro trimestre do ano.

Na maioria das secções da Nomenclatura Combinada consideradas, as entradas de bens com destino às empresas sediadas na Região Centro apresentaram um crescimento homólogo real, no segundo trimestre de 2011. As que mais se evidenciaram por apresentarem as maiores variações homólogas reais positivas foram “Plástico, borracha e suas obras” (24,3%) e “Pastas de madeira e papel” (21,9%). Entre as quatro secções que, no segundo trimestre de 2011, registaram um decréscimo homólogo real das entradas destacaram-se as entradas de bens relativos a “Material de transporte” (-6,6%).

Quadro 9 – Comércio Internacional de Bens – Entradas *

		2T11	1T11	4T10	3T10	2T10	2010	2009
		média trimestral						
Portugal	milhões €	14.992,6	14.564,8	15.367,1	13.705,7	14.707,5	14.263,3	12.844,6
	v. h. real (%)	- 7,3	- 1,3	3,4	0,1	11,5	5,7	- 11,5
Intra-comunitárias	milhões €	10.669,0	11.026,8	11.957,7	10.217,4	10.999,9	10.801,1	10.094,0
	v. h. real (%)	- 11,8	- 1,1	2,2	- 4,5	7,4	1,8	- 7,0
Extra-comunitárias	milhões €	4.323,6	3.538,0	3.409,5	3.488,4	3.707,6	3.462,1	2.750,6
	v. h. real (%)	6,0	- 1,9	7,5	16,9	25,4	19,8	- 24,8
Região Centro	milhões €	1.806,1	1.786,6	1.596,8	1.454,4	1.539,4	1.485,8	1.346,3
	v. h. real (%)	6,7	18,8	5,9	4,5	6,1	5,0	- 15,2
Intra-comunitárias	milhões €	1.503,7	1.502,8	1.331,9	1.187,3	1.245,7	1.225,2	1.152,7
	v. h. real (%)	9,8	19,0	1,8	- 1,9	2,0	1,1	- 12,9
Extra-comunitárias	milhões €	302,4	283,8	265,0	267,1	293,6	260,7	193,6
	v. h. real (%)	- 6,3	17,7	32,7	46,7	27,9	28,1	- 27,0
Totais (intra + extra-comunitárias)								
Produtos animais	v. h. real (%)	1,7	15,8	- 2,7	- 19,2	15,1	- 1,3	- 5,4
Produtos vegetais	v. h. real (%)	5,7	8,3	14,3	30,8	- 19,3	1,7	- 7,2
Indústrias alimentares, bebidas e tabaco	v. h. real (%)	- 2,6	- 4,6	- 23,5	- 4,6	- 19,0	- 13,2	17,8
Indústrias químicas e conexas	v. h. real (%)	14,0	32,3	26,4	8,3	37,5	19,4	- 1,5
Plástico, borracha e suas obras	v. h. real (%)	24,3	30,0	8,8	20,3	8,0	13,6	- 9,0
Madeira, carvão vegetal, cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria	v. h. real (%)	7,3	43,7	37,6	22,8	55,3	33,9	- 8,4
Pastas de madeira e papel	v. h. real (%)	21,9	13,0	- 3,6	- 1,2	0,5	- 2,1	- 1,5
Matérias têxteis e suas obras	v. h. real (%)	4,2	8,0	3,5	6,5	- 2,5	1,7	- 8,1
Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	v. h. real (%)	- 2,9	17,8	- 8,1	13,2	1,2	0,0	- 19,0
Metais comuns e suas obras	v. h. real (%)	11,5	20,3	7,9	13,5	25,2	15,9	- 28,4
Máquinas e aparelhos, material eléctrico, aparelhos de som e imagem e suas partes e acessórios	v. h. real (%)	- 0,7	13,5	2,6	- 4,0	- 12,4	- 8,6	- 26,9
Material de transporte	v. h. real (%)	- 6,6	5,8	2,6	12,7	18,1	15,0	- 21,0

* Os valores apresentados para 2009 são dados definitivos e os apresentados para 2010 e 2011 são dados preliminares (revistos trimestralmente).

TURISMO

O sector do turismo manifestou melhorias no segundo trimestre de 2011, mais evidentes a nível nacional do que regional. A maioria dos indicadores evidenciou crescimentos homólogos, sendo que, no caso português, foram dos mais expressivos dos últimos anos.

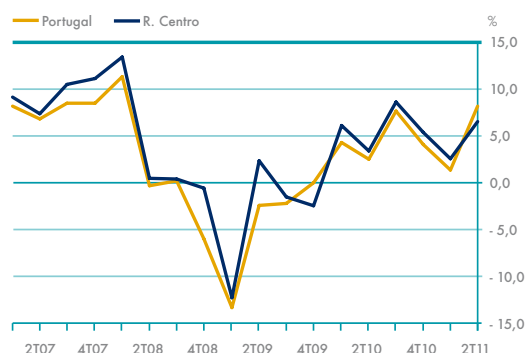
No segundo trimestre de 2011 ficaram alojados em estabelecimentos hoteleiros nacionais 1.326 milhares de hóspedes e na Região Centro 205 milhares de hóspedes, traduzindo-se num crescimento homólogo mais acentuado do que o verificado em trimestres anteriores e que atingiu em Portugal 8,2% e na região 6,6% (Quadro 10). Para Portugal tratou-se do maior crescimento homólogo dos últimos 3 anos. Já na Região Centro, a variação não superou o crescimento ocorrido no terceiro trimestre de 2010.

O movimento ao nível dos hóspedes, no segundo trimestre de 2011, foi acompanhado por um incremento ainda mais significativo das dormidas em estabelecimentos hoteleiros, que se manteve mais expressivo em Portugal (12,9%) do que na Região Centro (8,0%). Em ambos os territórios, tratou-se do maior crescimento homólogo dos últimos anos.

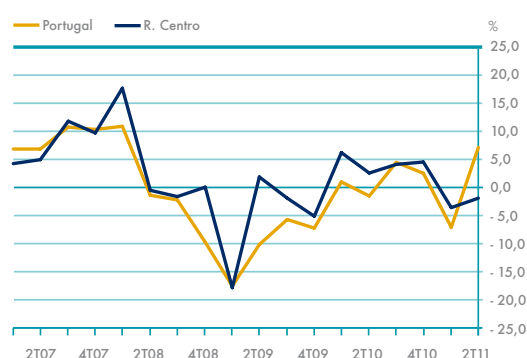
As variações observadas ao nível dos hóspedes e dormidas conduziram a que, em Portugal, o número médio de noites que cada hóspede passou em estabelecimentos hoteleiros tenha aumentado, no segundo trimestre de 2011, para 2,8 noites. Já na Região Centro a estada média dos hóspedes manteve-se em 1,8 noites, comparativamente com igual período do ano anterior.

No que respeita aos proveitos dos estabelecimentos hoteleiros, no segundo trimestre de 2011, também foi visível uma melhoria das variações homólogas reais registadas em relação ao trimestre anterior, em Portugal e na Região Centro. Contudo, as evoluções, em termos reais, verificadas nos dois territórios foram diferenciadas. Em Portugal assistiu-se a um crescimento homólogo real em contraposição com a variação homóloga negativa observada no primeiro trimestre de 2011. Na Região Centro, manteve-se o decréscimo homólogo real dos proveitos totais (-1,9%), apesar de mais brando do que no trimestre anterior, e os proveitos de aposento inverteram o sentido manifestado no primeiro trimestre do ano.

Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros em Portugal e na Região Centro (variação homóloga)



Proveitos totais (variação homóloga real)



Quadro 10 – Turismo

		2T11	1T11	4T10	3T10	2T10	2010	2009
		média trimestral						
Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares	1.326	790	950	1.567	1.226	1.130	1.077
	v. h. (%)	8,2	1,4	4,2	7,6	2,5	4,9	- 3,9
Região Centro	milhares	205	128	158	248	192	181	170
	v. h. (%)	6,6	2,5	5,4	8,6	3,4	6,1	- 2,8
Dormidas em estabelecimentos hoteleiros								
Portugal	milhares	3.693	2.010	2.363	4.860	3.271	3.116	3.038
	v. h. (%)	12,9	2,0	3,4	6,7	- 2,5	2,6	- 7,1
Região Centro	milhares	367	206	272	478	340	324	312
	v. h. (%)	8,0	1,1	2,6	5,8	0,2	3,7	- 3,4
Estada média								
Portugal	n.º noites	2,8	2,5	2,5	3,1	2,7	2,8	2,8
Região Centro	n.º noites	1,8	1,6	1,7	1,9	1,8	1,8	1,8
Proveitos totais								
Portugal	milhares €	174.950	91.714	116.365	236.393	157.482	151.357	146.996
	v. h. real (%)	7,1	- 7,1	2,5	4,5	- 1,5	1,6	- 9,5
Região Centro	milhares €	16.634	9.961	13.691	22.790	16.338	15.695	14.924
	v. h. real (%)	- 1,9	- 3,6	4,5	4,2	2,6	3,7	- 4,7
Proveitos de aposento								
Portugal	milhares €	118.242	59.797	75.156	168.913	105.171	102.474	99.171
	v. h. real (%)	8,4	- 5,0	3,1	4,7	- 1,4	1,9	- 9,4
Região Centro	milhares €	10.085	6.108	8.110	14.742	9.717	9.651	9.117
	v. h. real (%)	0,1	- 2,5	6,0	4,4	2,3	4,4	- 4,0

CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

O sector da construção evidenciou dificuldades no segundo trimestre de 2011. Assistiu-se ao acentuar da redução homóloga do licenciamento de edifícios e a uma desaceleração no ritmo de crescimento dos edifícios concluídos. Também ao nível dos empréstimos concedidos a famílias para habitação e da avaliação bancária da habitação se constatou uma diminuição homóloga real.

O segundo trimestre de 2011 foi marcado por um decréscimo no licenciamento de edifícios que, em termos homólogos, foi mais expressivo do que no trimestre anterior (Quadro 11). Na Região Centro, a diminuição face ao segundo trimestre de 2010 foi bastante elevada dos edifícios novos e dos destinados à habitação familiar (-20,9%) e particularmente intensa no caso das construções novas para habitação familiar (-29,3%). Em consequência, também os fogos em construções novas com fins habitacionais registaram um decréscimo homólogo ainda mais significativo do que o dos edifícios, que atingiu -39,2%.

Já em relação à conclusão de edifícios, verificou-se um crescimento homólogo no segundo trimestre de 2011, apesar de se ter observado um abrandamento face ao trimestre anterior. Este aumento foi mais significativo na Região Centro (20,4%) do que em Portugal (18,0%). Ao nível regional, destaca-se o acréscimo, face a igual período do ano anterior, na conclusão de edifícios destinados à habitação familiar.

Os custos com a manutenção e reparação regular da habitação evidenciaram um crescimento homólogo mais pronunciado no segundo trimestre de 2011 do que no trimestre anterior. Efectivamente, a variação homóloga do índice de preços que reflecte aqueles custos apresentou o valor mais elevado desde o terceiro trimestre de 2006, no caso português (3,7%), e do segundo trimestre de 2003, no caso da Região Centro (5,3%).

Os empréstimos concedidos a famílias para habitação, indicador a partir de agora introduzido na análise deste capítulo, registaram um decréscimo homólogo real quer em Portugal (-2,9%) quer na Região Centro (-2,7%), no segundo trimestre de 2011. Esta situação traduz o agravamento da tendência que se tem vindo a verificar desde finais de 2010, decorrente quer de uma política de concessão de crédito mais restritiva por parte das instituições financeiras quer de uma redução da sua procura pelas famílias.

Quadro 11 – Construção e Habitação

		2T11	1T11	4T10	3T10	2T10	2010	2009
		média trimestral						
Edifícios licenciados								
Portugal	n.º	6.398	6.525	6.394	6.928	7.345	6.951	7.647
	v. h. (%)	- 12,9	- 8,6	- 9,1	- 10,8	- 7,8	- 9,1	- 21,5
Região Centro	n.º	2.018	2.137	2.057	2.180	2.305	2.189	2.405
	v. h. (%)	- 12,5	- 3,5	- 8,2	- 11,3	- 8,2	- 9,0	- 16,7
para habitação familiar	n.º	1.239	1.338	1.298	1.380	1.566	1.418	1.570
	v. h. (%)	- 20,9	- 6,3	- 12,9	- 13,5	- 2,1	- 9,7	- 21,1
Construções novas – Edifícios	n.º	1.322	1.450	1.428	1.475	1.672	1.518	1.610
	v. h. (%)	- 20,9	- 3,2	- 8,3	- 9,9	2,5	- 5,7	- 23,0
para habitação familiar	v. h. (%)	- 29,3	- 7,5	- 14,9	- 12,1	8,2	- 6,6	- 24,9
Edifícios concluídos ¹								
Portugal	n.º	8.923	9.138	8.799	8.334	7.564	7.972	8.564
	v. h. (%)	18,0	27,1	5,6	- 8,3	- 9,3	- 6,9	- 11,8
Região Centro	n.º	2.852	2.937	2.831	2.621	2.368	2.484	2.592
	v. h. (%)	20,4	38,9	8,2	- 4,2	- 5,2	- 4,2	- 10,7
para habitação familiar	n.º	2.129	2.187	2.122	1.962	1.754	1.849	1.933
	v. h. (%)	21,4	40,3	11,2	- 5,2	- 5,7	- 4,3	- 14,5
Construções novas – Edifícios	n.º	2.173	2.209	2.154	2.021	1.805	1.895	2.003
	v. h. (%)	20,4	38,1	9,0	- 6,5	- 6,5	- 5,4	- 13,6
para habitação familiar	v. h. (%)	21,7	39,7	12,3	- 7,0	- 6,5	- 4,8	- 16,4
Novos fogos para habitação familiar – Região Centro								
Licenciados	v. h. (%)	- 39,2	- 35,0	- 28,0	- 6,5	27,3	- 0,3	- 31,8
Concluídos ¹	v. h. (%)	5,8	43,6	11,5	2,5	- 6,2	- 2,8	- 15,3
Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação								
Continente	v. h. (%)	3,7	2,4	1,5	1,2	0,6	1,0	1,9
Região Centro	v. h. (%)	5,3	3,9	3,1	2,7	1,5	2,3	1,7
Empréstimos concedidos a famílias para habitação ²								
Portugal	v. h. r. (%)	- 2,9	- 1,4	- 0,5	0,8	1,8	1,2	n.d.
Região Centro	v. h. r. (%)	- 2,7	- 1,7	- 0,7	0,6	1,5	1,0	n.d.
Avaliação bancária da habitação								
Portugal	€/m ²	1.143,7	1.141,0	1.131,7	1.151,0	1.168,7	1.155,8	1.142,8
	v. h. r. (%)	- 5,7	- 6,2	- 4,5	- 1,5	1,9	- 0,2	n.d.
Região Centro	€/m ²	959,7	955,0	945,7	964,3	973,3	965,3	947,4
	v. h. r. (%)	- 5,0	- 5,8	- 4,2	- 1,0	2,6	0,5	n.d.

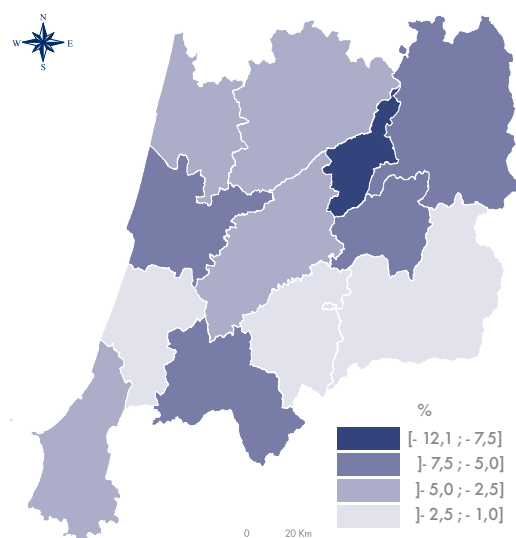
n.d. - não disponível

¹Os valores apresentados correspondem a dados provisórios (anos 2009 e 2010) ou preliminares (ano 2011) estimados.²O sector institucional das famílias inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares.

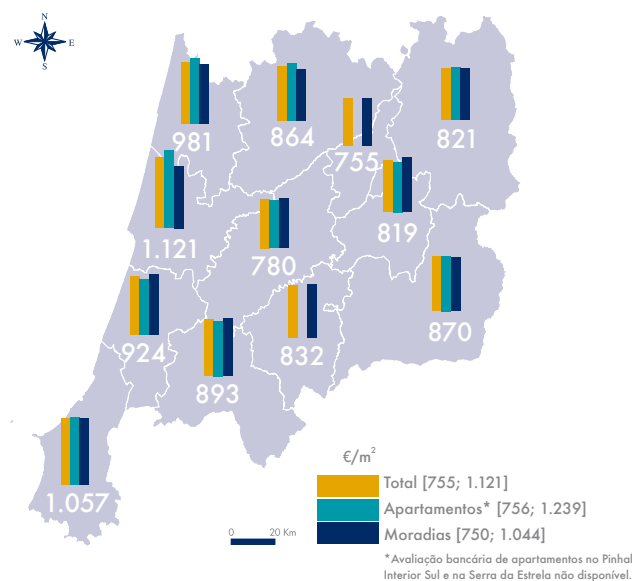
Também relativamente à avaliação bancária de imóveis para habitação se constatou um decréscimo homólogo real, no segundo trimestre de 2011. Contudo, a redução ocorrida foi menos acentuada do que no trimestre anterior, continuando, no entanto, mais evidente em Portugal (-5,7%) do que na região (-5,0%). Ao nível das sub-regiões que compõem a Região Centro foi igualmente visível uma diminuição homóloga real generalizada da avaliação bancária da habitação, destacando-se a Serra da Estrela por apresentar a maior variação negativa (-12,1%). Apesar do cenário de retracção denotou-se, ainda assim, alguma recuperação no indicador em causa uma vez que, com excepção da Serra da Estrela, Oeste, Pinhal Interior Norte e Beira Interior Norte, as demais NUTS III evidenciaram variações homólogas menos negativas do que as verificadas no trimestre anterior.

A Serra da Estrela foi a sub-região que evidenciou a menor avaliação bancária da habitação (755€/m²), no segundo trimestre de 2011 e onde mais se sentiu a redução homóloga real da avaliação bancária da habitação, em particular, ao nível das moradias (-13,5%). Já para a maioria das NUTS III, o maior decréscimo homólogo real da avaliação da habitação ocorreu ao nível dos apartamentos. O Pinhal Interior Norte, sub-região com menor valorização dos apartamentos (756€/m²), evidenciou das maiores reduções. Inversamente, o Oeste, onde esta tipologia de habitação assumiu, conjuntamente com o Baixo Mondego, os maiores valores na região, registou a menor variação homóloga real.

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2011



Avaliação bancária da habitação no segundo trimestre de 2011



PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

O Índice de Preços no Consumidor, na Região Centro, voltou a acentuar no segundo trimestre de 2011 o comportamento inflacionista, tendo a taxa de inflação homóloga atingido 4,5%. Já em Portugal o crescimento homólogo dos preços estabilizou em torno dos 3,7%. O consumo privado evidenciou alguns sinais de retração comparativamente com igual período do ano anterior.

No segundo trimestre de 2011, os preços na Região Centro, avaliados através do Índice de Preços no Consumidor (IPC), voltaram a evidenciar uma tendência inflacionista face ao trimestre homólogo (4,5%), continuando a trajectória ascendente que vinham a apresentar desde o início de 2010 e mantendo uma variação mais acentuada do que em Portugal (Quadro 12). Na região, o crescimento dos preços face ao segundo trimestre de 2010, foi observado em todas as classes, sendo de destacar as variações ocorridas nas “Bebidas alcoólicas e tabaco” e nos “Transportes”, as quais atingiram 9,1%. Contudo, enquanto que na classe das “Bebidas alcoólicas e tabaco” se acentuou o crescimento homólogo que se vinha a verificar, nos “Transportes” registou-se uma ligeira desaceleração face aos valores evidenciados no trimestre anterior. O menor crescimento homólogo de preços ocorreu na classe “Lazer, recreação e cultura”, que manteve a variação de 0,8%.

Quadro 12 – Preços

		2T11	1T11	4T10	3T10	2T10	2010	2009
		média trimestral						
Índice de Preços no Consumidor – IPC								
Portugal	v. h. (%)	3,7	3,7	2,4	1,9	1,0	1,4	- 0,8
Região Centro	v. h. (%)	4,5	4,4	2,7	2,1	1,1	1,5	- 1,0
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	2,9	3,5	2,9	2,1	- 1,5	- 0,3	- 3,0
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	9,1	7,5	5,8	4,8	3,5	4,7	3,7
Vestuário e calçado	v. h. (%)	1,1	- 4,1	0,1	1,0	- 0,3	0,1	- 3,2
Habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	7,0	8,2	7,5	6,9	6,2	6,3	1,6
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	1,3	0,5	0,8	0,7	0,3	0,6	1,3
Saúde	v. h. (%)	3,5	3,4	- 1,7	- 1,5	- 1,5	- 1,8	- 1,4
Transportes	v. h. (%)	9,1	9,9	5,8	3,7	4,2	4,2	- 4,1
Comunicações	v. h. (%)	3,8	3,4	- 1,9	- 1,9	- 2,8	- 2,0	- 1,1
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	0,8	0,8	0,3	0,9	- 0,2	0,2	0,1
Educação	v. h. (%)	0,9	0,9	0,8	1,3	1,2	1,2	2,1
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	1,9	1,9	1,2	0,8	0,8	0,9	2,0
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	2,7	2,1	0,5	0,1	- 0,4	0,1	2,1

A evolução do consumo privado, avaliada através dos indicadores constantes do Quadro 13, evidenciou uma tendência contraccionista, no segundo trimestre de 2011. Em Portugal, com excepção das receitas de cinema, que registaram um crescimento homólogo real bastante significativo (21,0%) e dos assinantes do serviço de televisão (7,4%), todos os indicadores apresentaram um decréscimo homólogo, sendo de destacar as compras em terminais de pagamento automático cuja diminuição contrastou com a evolução positiva que se vinha a registar há dois anos. Também na Região Centro a maioria dos indicadores apresentou uma redução comparativamente com o mesmo período de 2010. Exceptuaram-se as receitas de cinema, com um crescimento homólogo real ainda mais acentuado do que o nacional (30,6%), os assinantes do serviço de televisão (11,3%) e os pagamentos em caixas automáticas (1,6%).

Quadro 13 – Consumo Privado

		2T11	1T11	4T10	3T10	2T10	2010	2009
		média trimestral						
Importações intra-comunitárias (chegadas) de bens de consumo ¹								
Portugal	v. h. real (%)	- 10,5	- 8,3	- 5,9	- 7,6	- 2,4	- 4,6	9,4
Região Centro	v. h. real (%)	- 12,4	- 0,7	- 5,2	- 9,9	- 3,4	- 4,7	- 3,2
Assinantes do serviço de televisão ²								
Portugal	v. h. (%)	7,4	8,0	9,7	11,2	11,8	11,1	9,2
Região Centro	v. h. (%)	11,3	11,9	14,3	16,2	16,7	16,1	13,3
Receitas de cinema								
Portugal	v. h. real (%)	21,0	- 23,0	- 4,9	17,7	- 1,2	9,9	6,5
Região Centro	v. h. real (%)	30,6	- 26,4	- 10,8	22,3	- 3,6	10,7	12,0
Empréstimos concedidos a famílias para consumo e outros fins ³								
Portugal	v. h. real (%)	- 7,9	- 6,8	- 3,2	- 1,6	0,4	- 1,8	n.d.
Região Centro	v. h. real (%)	- 8,2	- 6,3	- 2,9	- 1,2	0,4	- 1,9	n.d.
Levantamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	- 3,9	- 4,0	- 0,3	1,4	3,1	1,7	2,2
Região Centro	v. h. real (%)	- 3,7	- 3,2	0,6	2,0	- 2,1	0,9	4,0
Pagamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	- 0,9	- 1,0	- 0,3	- 1,9	2,4	0,9	2,3
Região Centro	v. h. real (%)	1,6	1,0	1,8	- 1,1	- 5,5	- 0,6	5,1
Compras em terminais de pagamento automático								
Portugal	v. h. real (%)	- 11,1	0,1	6,9	12,5	14,8	11,8	4,7
Região Centro	v. h. real (%)	- 10,0	1,9	10,0	16,0	20,7	15,8	6,1

n.d. - não disponível

¹ As importações intra-comunitárias consideradas encontram-se por critério de origem e destino.² Inclui as subscrições de televisão por cabo, por satélite (DTH), por fibra óptica (FTTH) e por outros meios de acesso (IPTV e similares).³ O sector institucional das famílias inclui empresários em nome individual e outras pessoas singulares. Excluem-se os empréstimos destinados à habitação.

POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO CENTRO

Até ao final do primeiro semestre de 2011, no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), foram aprovados 11.376 projectos individuais de investimento de promotores da Região Centro que representavam um investimento total de 8,6 mil milhões de euros e 4,2 mil milhões de euros de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão. A região era assim a segunda maior beneficiária de fundos comunitários do QREN aprovados no país, concentrando 27,3% destes.

No Programa Operacional Regional – Mais Centro, tinham sido aprovadas 2.456 operações individuais, até esta data, traduzindo-se numa comparticipação de FEDER de 1,2 mil milhões de euros. A despesa validada de fundo comunitário representava quase um quarto da dotação prevista para o período de programação (23,8%), sendo assim a taxa de execução mais elevada entre as regiões do Continente.

No período 2007-2013, são principalmente os instrumentos financeiros, Fundos Estruturais (FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e FSE – Fundo Social Europeu) e Fundo de Coesão, que asseguram a concretização dos objectivos da Convergência e da Competitividade Regional e do Emprego, em termos da Política de Coesão.

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade, em regiões de convergência quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região *phasing-out* (Algarve); região *phasing-in* (Madeira) e região da competitividade e do emprego (Lisboa).

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) contempla três grandes Agendas Temáticas: Agenda para o Potencial Humano, Agenda para os Factores de Competitividade e Agenda para a Valorização do Território. A concretização das Agendas é assegurada pelos Programas Operacionais Temáticos: Potencial Humano (PO PH), Factores de Competitividade (PO FC) e Valorização do Território (PO VT); pelos Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas: Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira; pelos Programas Operacionais de Cooperação Territorial Transfronteiriça (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo e Madeira-Açores-Canárias), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional e ainda pelos Programas Operacionais de Assistência Técnica.

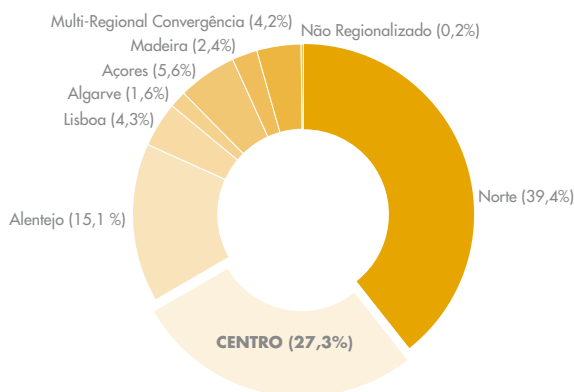
O Mais Centro (Programa Operacional Regional do Centro) encontra-se estruturado nos seguintes eixos:

- Eixo 1: Competitividade, inovação e conhecimento;
- Eixo 2: Desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos;
- Eixo 3: Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais;
- Eixo 4: Protecção e valorização ambiental;
- Eixo 5: Governação e capacitação institucional;
- Eixo 6: Assistência técnica.

A 30 de Junho de 2011, a Região Centro mantinha-se como a segunda região que mais beneficiava dos fundos comunitários aprovados no âmbito do QREN, concentrando 27,3% do total de fundos distribuídos no país. Esta percentagem era a mais elevada na região desde o início do período de programação do QREN.

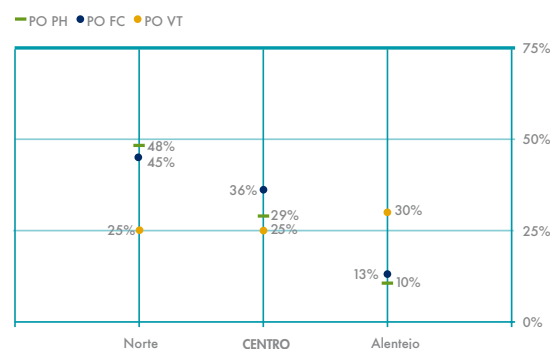
Da totalidade de fundos comunitários aprovados no país, 81,8% respeitavam a investimentos aprovados nas três regiões de convergência do Continente (Norte, Centro e Alentejo). Relativamente aos fundos comunitários aprovados no âmbito dos vários programas operacionais temáticos do QREN, estas três regiões evidenciavam um peso de 87% no PO PH, 94% no PO FC e 80% no PO VT. De destacar o elevado peso destas regiões em termos de fundo aprovado no PO FC, que desde o início do QREN nunca tinha ultrapassado os 88%.

Distribuição dos fundos comunitários aprovados por região (30 de Junho de 2011)



Adaptado de: Comissão Técnica de Coordenação do QREN, "Indicadores Conjunturais de Monitorização: Boletim Informativo 12", pág. 15

Relevância das três regiões de convergência do Continente nos fundos comunitários aprovados pelos Programas Operacionais Temáticos (30 de Junho de 2011)



Até ao final do primeiro semestre de 2011, foram aprovadas na Região Centro 11.376 operações²², no total do QREN (Quadro 14). Estas operações respeitavam a projectos de promotores da Região Centro que envolviam um investimento total de cerca de 8,6 mil milhões de euros e implicavam uma comparticipação de fundos comunitários FEDER, FSE e Fundo de Coesão de 4,2 mil milhões de euros. Estes fundos comunitários aprovados na região originavam um efeito multiplicador de 2,0, ou seja, por cada euro de fundos comunitários atribuídos a projectos da região, é gerado um investimento nessa mesma região de 2 euros.

Relativamente às aprovações do QREN na Região Centro por Programa Operacional, à data de 30 de Junho de 2011, verificava-se o predomínio de fundos comunitários aprovados no PO PH (29,7%) e no Mais Centro (29,3%), à semelhança do que ocorria nos trimestres anteriores.

²² São consideradas as operações individuais que fazem parte integrante dos Programas de Acção (programas integrados que envolvem várias operações da responsabilidade de diversos parceiros, as quais devem corresponder a intervenções coerentes entre si e integradas).

No Programa Operacional Regional - Mais Centro, até 30 de Junho de 2011, tinham sido aprovadas 2.456 operações individuais que se traduziam num investimento total na região de 2,1 mil milhões de euros comparticipado com fundo comunitário FEDER em 1,2 mil milhões de euros. O valor de FEDER aprovado aumentou cerca de 150 milhões de euros face ao valor aprovado no final de Março deste ano.

Quadro 14 – O QREN na Região Centro
(30 de Junho de 2011)

		REGIÃO CENTRO				
		QREN (total)	Mais Centro	PO PH	PO FC	PO VT
Operações aprovadas	n.º	11.376	2.456	7.222	1.502	196
Investimento (custo) total	milhões €	8.594	2.097	1.827	3.614	1.056
	% do total nacional	30,3	22,3	28,6	45,1	23,8
Investimento (custo) elegível	milhares €	7.647	1.779	1.827	3.057	985
	% do total nacional	30,2	22,1	28,6	44,5	24,9
Fundo comunitário	milhões €	4.218	1.238	1.254	984	742
	% do QREN (total) da região	100,0	29,3	29,7	23,3	17,6
	% do total nacional	27,3	23,1	28,8	35,9	25,3

No final de Junho deste ano, 72,7% das verbas do Mais Centro estavam comprometidas para co-financiamento das operações aprovadas (Quadro 15), resultando num importante acréscimo face ao final de 2010 (mais 15,8 p.p.).

A despesa validada pelo Mais Centro, nesta data, era no montante de 554 milhões de euros de investimento elegível, tendo aumentado 99,6 milhões de euros relativamente a Março e 183 milhões de euros face ao final de 2010. Relativamente à despesa validada de fundo comunitário FEDER, considerada para efeitos de

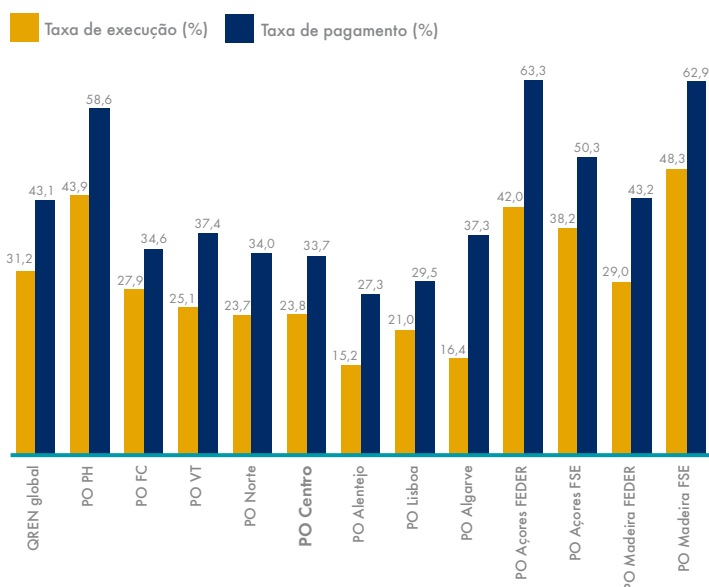
execução, esta cifrava-se em 405,3 milhões de euros (mais 79,4 milhões de euros do que em Março e mais 144 milhões de euros do que em final de Dezembro de 2010). O valor da despesa validada de FEDER representava assim já quase um quarto da dotação prevista para o período de programação do QREN. De facto, no final de Junho de 2011, a taxa de execução do Mais Centro era de 23,8%, tendo registado de novo um importante aumento face aos trimestres anteriores (mais 8,4 p.p do que final de 2010). A Região Centro mantinha-se assim com a taxa de execução mais elevada entre as restantes regiões do Continente.

A Região Centro encontrava-se também muito bem posicionada no que respeita à taxa de realização (relação entre o FEDER validado e o FEDER aprovado) no Mais Centro, que atingia, a 30 de Junho de 2011, 32,7%, ou seja, a mais elevada entre as regiões de convergência do Continente.

Até esta data, os pagamentos aos beneficiários do Mais Centro, a título de reembolso ou adiantamentos, atingiram o valor de 416,7 milhões de euros, o que se reflectiu num aumento da taxa de pagamento (FEDER pago/FEDER aprovado) para 33,7%. Os pagamentos aos beneficiários do Mais Centro continuavam superiores ao valor da despesa validada de FEDER devido ao valor dos adiantamentos, reflectindo-se numa taxa de reembolso ligeiramente superior a 100% (102,8%).

Quadro 15 – Monitorização do Mais Centro (valores acumulados)		Junho 2011	Março 2011	Dezembro 2010	Setembro 2010	Junho 2010
Execução Financeira						
Despesa validada						
Investimento (custo) elegível	milhões €	554,0	454,4	370,9	294,5	200,8
Fundo comunitário	milhões €	405,3	325,9	261,3	203,1	140,6
Pagamentos aos beneficiários	milhões €	416,7	336,9	285,1	220,1	157,5
Indicadores financeiros						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	72,7	64,0	56,9	64,8	59,5
Taxa de execução (fundo validado / fundo programado)	%	23,8	19,2	15,4	11,9	8,3
Taxa de realização (fundo validado / fundo aprovado)	%	32,7	29,9	27,0	18,4	13,9
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	33,7	31,0	29,5	20,0	15,6
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo validado)	%	102,8	103,4	109,1	108,3	112,1

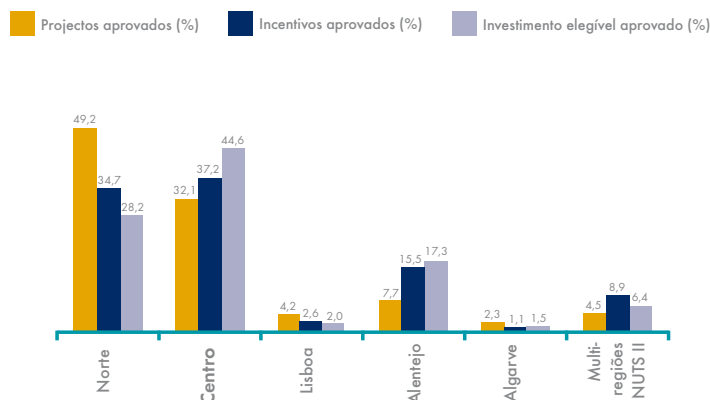
Taxa de execução e taxa de pagamento das candidaturas por Programa Operacional
(30 de Junho de 2011)



O desempenho da Região Centro na Agenda temática da Competitividade, no âmbito do QREN, nomeadamente no que respeita aos Sistemas de Incentivos, tem-se evidenciado, todos os trimestres, muito positivo. No final de Junho de 2011, tinham sido aprovados 1.819 projectos de empresários da Região Centro através dos Sistemas de Incentivos. Estes projectos empresariais objecto de apoio representavam um investimento elegível de 3,2 mil milhões de euros e um incentivo que ultrapassava os mil milhões de euros, ou seja, 44,6% do total de investimento elegível e 37,2% do total de incentivo aprovados no âmbito dos Sistemas de Incentivos. A Região Centro mantinha-se assim, nesta data, como a região do Continente com maior valor de investimento elegível e de incentivo aprovados.

Ao contrário das regiões Norte, Lisboa e Algarve, o peso dos incentivos às empresas aprovados na Região Centro era superior ao peso do número de projectos apoiados, o que indicava que estes projectos apresentavam uma dimensão média elevada em termos do montante de incentivo envolvido em cada projecto.

Distribuição regional dos Sistemas de Incentivos aprovados às empresas na Agenda da Competitividade (30 de Junho de 2011)

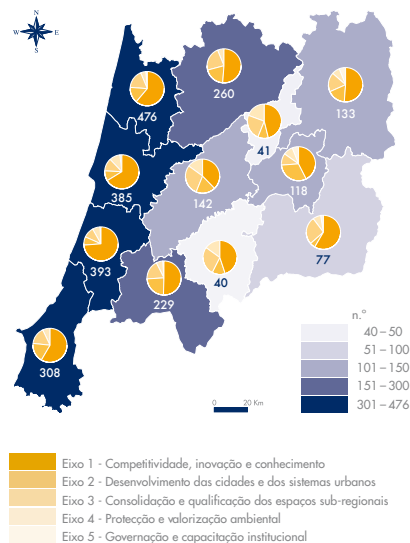


Até ao final de Junho de 2011, as sub-regiões com maior número de operações (aprovadas e de âmbito regional definido) eram as que se encontravam localizadas na faixa litoral da Região Centro: Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral e Oeste. Estas quatro sub-regiões concentravam 60,0% do número total de operações aprovadas no âmbito do Mais Centro. No que respeita ao fundo comunitário aprovado para estas operações, estas regiões também mereciam destaque, uma vez que concentravam 58,3% do valor total de fundo comunitário aprovado no Programa Regional. Com valores ainda importantes de FEDER atribuído a operações aprovadas encontravam-se o Médio Tejo e o Dão-Lafões que se aproximavam bastante dos valores de fundo aprovado nas regiões do litoral. No conjunto, estas seis sub-regiões referidas (metade das NUTS III da Região Centro) concentravam uma importante parcela do total de FEDER aprovado na Região Centro até esta data (77,8%).

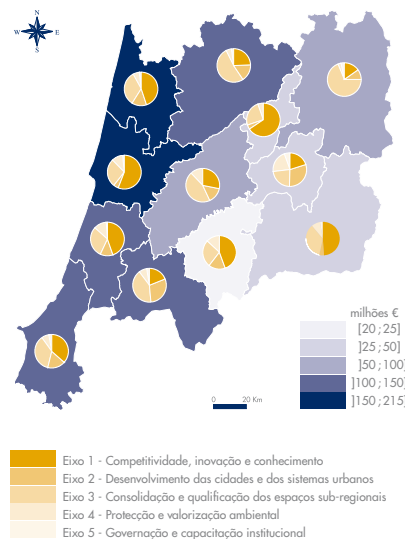
Em termos do FEDER aprovado por eixos prioritários, observava-se uma maior concentração de FEDER aprovado nos eixos Competitividade, inovação e conhecimento (eixo 1) e Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais (eixo 3). Em termos de fundo comunitário aprovado, estes eixos eram os mais importantes em todas as sub-regiões da Região Centro, com excepção do Médio Tejo e da Cova da Beira em que os eixos com maiores aprovações em termos de fundo comunitário era a Consolidação e qualificação dos espaços sub-regionais (eixo 3) e o Desenvolvimento das cidades e dos sistemas urbanos (eixo 2).

A distribuição sub-regional do fundo comunitário aprovado relativizado pela população residente evidenciava, nesta data, a importância da Beira Interior Norte, do Baixo Mondego e da Serra da Estrela, à semelhança do que ocorria nos trimestres anteriores. Este indicador apresentava ainda valores relevantes para o Pinhal Interior Norte, Médio Tejo e Pinhal Interior Sul. A dimensão média das operações aprovadas no Mais Centro (fundo comunitário/número de operações aprovadas) atingia os maiores valores nas mesmas sub-regiões que no indicador anterior.

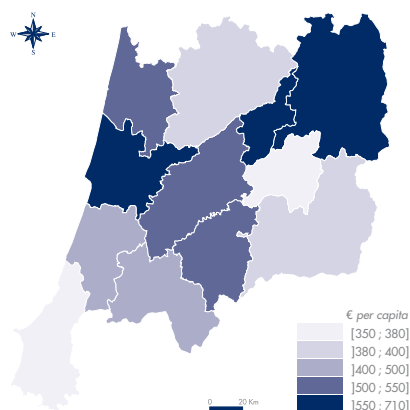
Operações aprovadas no âmbito do Mais Centro
(30 de Junho de 2011)



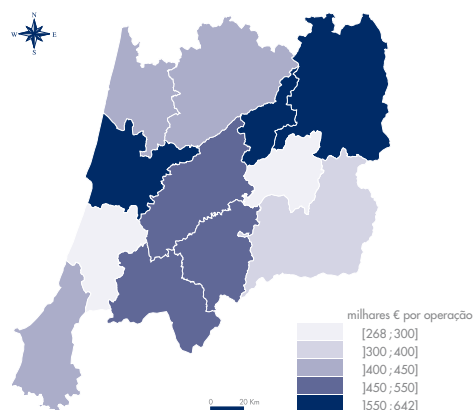
Fundo comunitário atribuído às operações aprovadas no âmbito do Mais Centro (30 de Junho de 2011)



Fundo comunitário aprovado *per capita* no âmbito do Mais Centro (30 de Junho de 2011)



Fundo comunitário aprovado por operação no âmbito do Mais Centro (30 de Junho de 2011)



Custos de Contexto Transfronteiriços para as Empresas

No âmbito das comemorações do dia da Europa e da Presidência da Comunidade de Trabalho Região Centro – Castilla y León (CT CENCYL), a CCDRC organizou um workshop sobre o tema dos «Custos de contexto transfronteiriços para as empresas», que decorreu em Coimbra, no dia 12 de Maio de 2011.

Com a realização deste workshop a CCDRC pretendeu promover um debate/reflexão sobre os custos públicos de contexto transfronteiriço (obstáculos de natureza administrativa à actividade das empresas no mercado ibérico), para o que contou com a presença de representantes de organismos públicos ligados à actividade empresarial de Portugal (como a AICEP, o IAPMEI e a Agência para a Modernização Administrativa) e de Espanha, de associações empresariais – nacionais e regionais – mas também e principalmente de empresários.

Das conclusões deste workshop, destacam-se as principais áreas onde foram identificados custos de contexto transfronteiriços para as empresas:



Comunidade de Trabalho - Comunidad de Trabajo
Castilla y León - Região Centro de Portugal



PROGRAMA
COOPERACIÓN TRANSFRONTERIZA
ESPAÑA - PORTUGAL
COOPERACIÓN TRANSFRONTERIZA
2007-2013



Comemoração do
Dia da Europa

1. Licenciamento de empresas

Em territórios contíguos na fronteira têm um impacto acrescido as assimetrias existentes em termos de níveis de burocracia e de prazos relacionados com o licenciamento da actividade empresarial. Por exemplo, um estudo realizado em 2005 evidenciava algumas discrepâncias entre Portugal e Espanha: a criação de uma empresa implicava, em Portugal, 11 procedimentos para um timing de 54 dias quando em Espanha, para situação equivalente, os procedimentos eram 10 e demoravam 24 dias (a média da OCDE era de 19 dias). Nos últimos anos têm sido concretizados alguns avanços em Portugal, nomeadamente com a criação do balcão do empreendedor, do balcão único online ou a iniciativa «licenciamento zero», que vêm contribuir para a redução destes custos.

2. Transposição de directivas comunitárias

A transposição das directivas comunitárias nem sempre é feita ao mesmo tempo nos vários países europeus, pelo que não resulta sempre numa eliminação de barreiras resultantes de diferentes legislações nacionais. Pelo contrário, muitas vezes são mesmo transpostas de forma diferente para as legislações nacionais, o que tem implicações nas relações bilaterais, em particular entre países vizinhos.

3. Fiscalidade

Embora seja uma área complexa e difícil, se os dois Estados tiverem vontade, é possível atenuar o efeito das diferentes fiscalidades e mesmo definir medidas de harmonização. Os combustíveis são um exemplo paradigmático dos diferentes níveis de fiscalidade aplicados nos dois países e do seu impacto no comércio fronteiriço.

4. Sistemas de incentivos

Os diferentes níveis de incentivos às empresas, entre Portugal e Espanha, constituem um factor de desequilíbrio e de desigualdade que é sentido com mais profundidade nas regiões de fronteira. Aproveitar ao máximo as margens de flexibilidade permitida pela Comissão Europeia podem ajudar a eliminar estes custos e aumentar os apoios disponibilizados às empresas.

5. Mobilidade

Apesar do avanço conseguido nos últimos anos, a fronteira luso-espanhola ainda regista algumas carências de ligações rodoviárias transversais que assegurem uma permeabilidade equilibrada em toda a sua extensão. No caso concreto da região Centro, é fundamental melhorar a ligação do litoral da região à fronteira e a Espanha (nomeadamente através dos IC8, IC6 e IC31). A melhoria das condições de operação do transporte ferroviário transfronteiriço também se afigura como um elemento essencial para a permeabilização da fronteira.

6. Logística e intermodalidade

É necessário coordenar os sistemas logísticos dos dois países, em especial no que se refere às plataformas localizadas próximo da fronteira, e melhorar a intermodalidade e a integração dos sistemas de transporte, incluindo os portos atlânticos da região Centro.

7. Portagens nas auto-estradas

Se as portagens nas auto-estradas são inevitáveis, é necessário promover a difusão internacional de sistemas electrónicos, como a Via Verde, mas que estejam adequadamente compatibilizados em termos de cobrança, de modo a garantir total liberdade de circulação transfronteiriça.

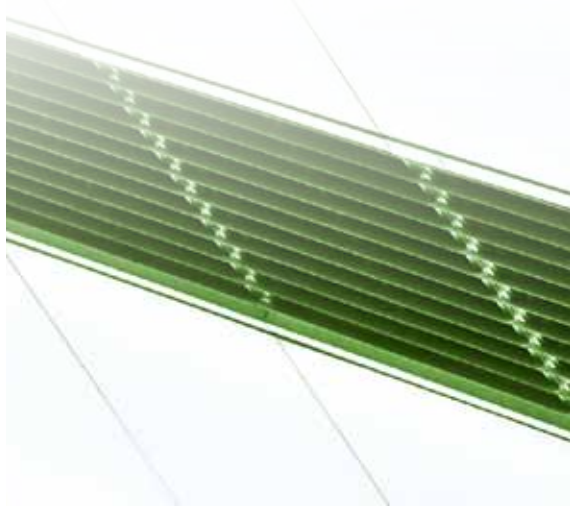
8. Mercado ibérico de energia

Na conjuntura internacional actual, os preços da energia são um factor negativo na competitividade das empresas dos dois países. Implementar o mercado único de energia, já criado mas que ainda não funciona, é uma necessidade imperiosa.

9. Mercado de trabalho

As limitações e entraves à livre circulação de trabalhadores entre Portugal e Espanha são ainda uma realidade. Promover o reconhecimento mútuo de qualificações/competências e desenvolver medidas activas de incentivo ao emprego transfronteiriço (como a criação de bases de dados conjuntas da oferta de mão-de-obra e de emprego) são essenciais para reduzir os custos de contexto nesta área.

São estes alguns dos custos de contexto que a Junta de Castilla y León e a CCDRC, no âmbito da Comunidade de Trabalho Região Centro – Castilla y León (CENCYL), mas também em colaboração com as restantes regiões de fronteira entre Portugal e Espanha, pretendem aprofundar, através de um conjunto de iniciativas de estudo, discussão e apresentação de propostas para a sua eliminação, assegurando uma maior integração territorial e equilíbrio económico e social.



[DINÂMICAS REGIONAIS NA REGIÃO CENTRO]

ANÁLISE DOS RESULTADOS PRELIMINARES DOS CENSOS 2011 PARA A REGIÃO CENTRO

No passado mês de Junho, o Instituto Nacional de Estatística divulgou os Resultados Preliminares dos Censos 2011. Apesar de não permitirem análises muito aprofundadas, na medida em que apenas são disponibilizadas as contagens das variáveis base (população, famílias, edifícios e alojamentos), estes resultados permitem desde já perceber as principais dinâmicas territoriais ocorridas na Região Centro²³, as tendências de convergência/divergência regional, bem como aferir trajectórias.

Região Centro perdeu quase 1% da sua população residente numa década

A população residente na Região Centro em 21 de Março de 2011 era de 2.327.026 indivíduos (Quadro 1), o que representa uma diminuição de 0,9% na última década e inflecte a trajectória de crescimento que se vinha delineando na década de 90. Uma vez que o saldo natural foi negativo (-2,6%), existindo um considerável desequilíbrio entre nascimentos e mortes, foi a componente migratória positiva (1,7%) que atenuou o decréscimo populacional²⁴. Esta evolução regional contrariou a tendência nacional de aumento populacional ligeiro (1,9%), suportado pelos saldos natural e migratório positivos (0,2% e 1,7%, respectivamente). Das sete regiões portuguesas, apenas o Centro e o Alentejo perderam população. Em 2011, a Região Centro concentrava 22% da população nacional, tendo vindo a perder importância ao longo das últimas décadas. Os Censos mostram ainda que a Região Centro e o País continuam a ser territórios com mais mulheres do que homens (em ambos os casos 52% de população é do sexo feminino), não tendo a estrutura por sexos sofrido alterações na última década.

CONCEITOS:

População Residente: Conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

Saldo Natural: Diferença entre o número de nados vivos e o número de óbitos num dado período de tempo.

Saldo Migratório: Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo (migração - emigração).

Quadro 1 – População residente à data dos Censos

	Portugal	Região Centro	Peso da região no país
	N.º		%
2011	10.555.853	2.327.026	22,0
2001	10.356.117	2.348.397	22,7
1991	9.867.147	2.258.768	22,9
1981	9.833.014	2.301.514	23,4

²³ Foi considerada a delimitação da Região Centro de acordo com o Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de Novembro, segundo o qual a região se divide em 12 NUTS III e 100 municípios. Não se teve em consideração a alteração ocorrida em Agosto de 2010 (que posicionou o município de Mação na NUTS III Médio Tejo), pelo que Mação foi considerado na NUTS III Pinhal Interior Sul.

²⁴ De salientar que este saldo migratório positivo, apesar de ter atenuado o ritmo de declínio da população, poderá não ser necessariamente positivo. Dependendo da composição dos fluxos de entradas e saídas na região (homens, mulheres, jovens, activos, reformados), esta dinâmica migratória poderá até ser duplamente negativa, o que acontecerá, por exemplo, se as saídas forem sobretudo de população activa e/ou mulheres em idade fértil e as entradas de reformados. Será interessante analisar esta questão após a divulgação dos resultados definitivos dos Censos 2011.



Dinâmicas populacionais regionais acentuam o despovoamento do interior

A evolução da população por NUTS III (Figura 1) revela dinâmicas que acentuam a tendência de despovoamento do interior. Nove das doze NUTS III da Região Centro sofreram perdas populacionais, tendo as reduções mais significativas ocorrido na Serra da Estrela, que perdeu 12,4% da sua população na última década, na Beira Interior Norte (-9,5%) e no Pinhal Interior Sul (-9,1%). Apenas o Oeste, Pinhal Litoral e Baixo Vouga, na faixa litoral da região, registaram aumentos populacionais. O Oeste, com o maior crescimento (6,6%), passou a concentrar 15,5% da população da região e tornou-se a segunda NUTS III mais populosa (posicionando-se depois do Baixo Vouga), tendo ultrapassado o Baixo Mondego.

Analisando o padrão concelhio da variação populacional (Figura 2) verifica-se que 69 dos 100 municípios do Centro perderam população na última década. Os decréscimos mais acentuados (superiores a 10%) ocorreram nos municípios do interior e designadamente em todos os municípios de fronteira, agravando-se o fenómeno de despovoamento destes territórios. Idanha-a-Nova, o município da região com o pior desempenho, perdeu praticamente 18% da sua população, sendo o terceiro município do País em perdas populacionais relativas. Meda, Figueiró dos Vinhos, Vila Nova de Paiva, Sabugal, Manteigas e Penamacor registaram diminuições acima dos 15%. Apesar de menos acentuadas, também ocorreram perdas populacionais em vários municípios do litoral, como Mira (-4%), Estarreja (-3,8%) e Pombal (-2%), bem como em importantes centros urbanos/capitais de distrito, como Coimbra (-3,6%) e Guarda (que tinha registado, entre 1991 e 2001, um crescimento populacional de cerca de 14% e nesta década perdeu 3,1% dos seus residentes).

Figura 1 – Variação da população residente por NUTS III
2001–2011

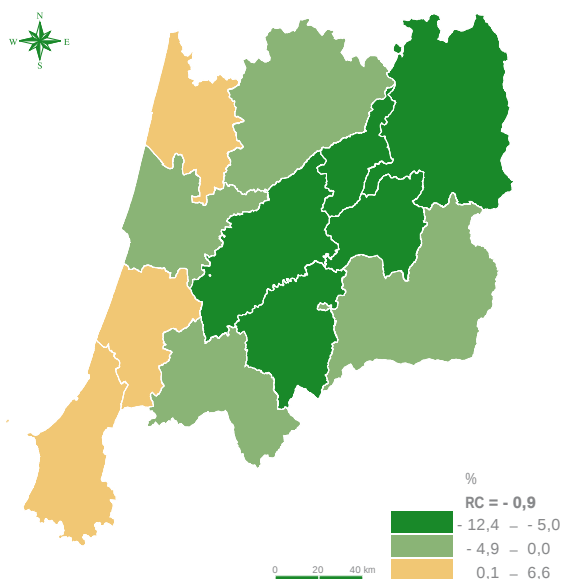
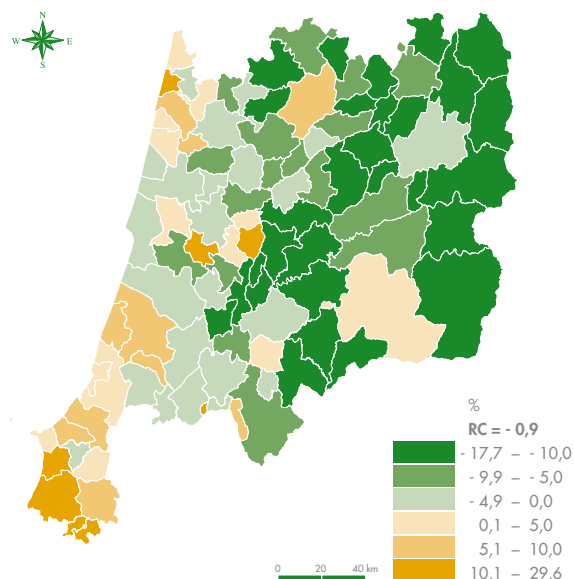


Figura 2 – Variação da população residente por município
2001–2011

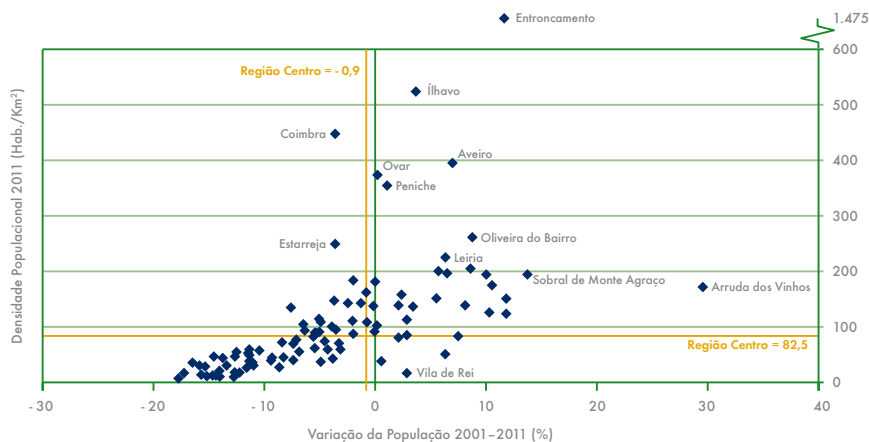


O fenómeno do crescimento populacional foi descontínuo e limitado sobretudo a alguns municípios do litoral (com destaque para Marinha Grande, Óbidos, Aveiro, Leiria e Caldas da Rainha), a Viseu e Castelo Branco (capitais de distrito do interior) e a municípios localizados nas áreas de influência de Lisboa (Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Alenquer), de Coimbra (Condeixa-a-Nova, Lousã, Montemor-o-Velho, Vila Nova de Poiares) e de Aveiro (Murtosa, Oliveira do Bairro). De destacar Arruda dos Vinhos (que, nos últimos dez anos, viu a sua população aumentar praticamente 30%, tendo sido o sexto município do País em crescimento populacional), Sobral de Monte Agraço, Condeixa-a-Nova, Murtosa, Entroncamento, Lourinhã, Lousã e Torres Vedras, todos com acréscimos populacionais superiores a 10%.

Os municípios mais populosos da região em 2011 eram, por ordem de importância, Coimbra, Leiria, Viseu, Torres Vedras e Aveiro, concentrando cerca de 23% da população regional. Face à hierarquia de 2001, Aveiro foi ultrapassado por Torres Vedras.

Analisando a relação entre a variação populacional municipal da última década e as respectivas densidades populacionais em 2011²⁵ (Figura 3), verifica-se que tendencialmente foram os municípios com menores densidades populacionais (maioritariamente localizados no interior) que perderam mais população. Quanto aos municípios com maiores concentrações populacionais não é possível identificar um padrão pois entre estes existiram quer acréscimos, quer decréscimos populacionais (refira-se, no primeiro caso, o Entroncamento, Ílhavo e Aveiro e, no segundo caso, Coimbra e Estarreja).

Figura 3 – Variação da população 2001–2011 e densidade populacional 2011 por município

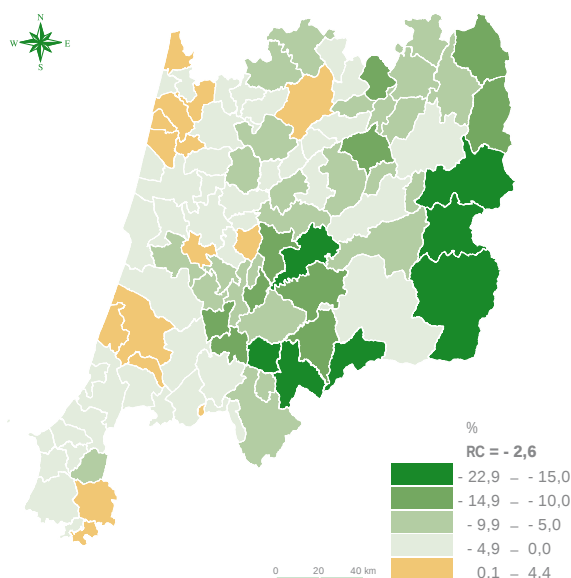


Declínio populacional na região atenuado pela imigração

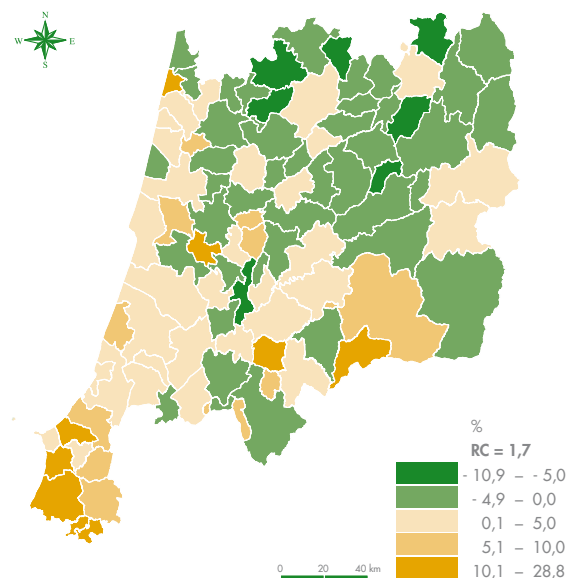
A decomposição da evolução populacional municipal na última década com recurso ao saldo migratório e ao saldo natural relativizados pela população de 2001 (Figuras 4 e 5) permite uma melhor compreensão das dinâmicas demográficas ocorridas nestes territórios. Na grande maioria dos municípios da região (85) ocorreram mais óbitos que nascimentos e, portanto, saldos naturais negativos. Vila Velha de Ródão apresentava o maior desequilíbrio regional entre mortes e nascimentos (fruto da sua estrutura demográfica envelhecida), tendo o saldo migratório positivo atenuado a perda populacional (o município perdeu 12,7% da sua população, decorrendo -22,9% do saldo natural e 10,2% do saldo migratório). Seguiam-se Vila de Rei, Penamacor, Pampilhosa da Serra e Idanha-a-Nova com taxas de crescimento migratório entre os -17% e os -18%. Saldos naturais positivos ocorreram apenas nos municípios de Entroncamento, Leiria, Ílhavo, Aveiro, Ovar, Lousã, Viseu, Marinha Grande, Alenquer, Batalha, Arruda dos Vinhos, Albergaria-a-Velha, Vagos, Oliveira do Bairro e Condeixa-a-Nova. Somente Ílhavo e Ovar registaram saldos naturais superiores aos migratórios (sendo Ovar o único com saldo migratório negativo), apresentando-se, nos restantes casos, o crescimento migratório superior ao natural.

²⁵ A densidade populacional de 2011 foi calculada com a população residente em 2011 (censitária) e a superfície do território em 2009 (ano mais recente disponibilizado pelo Instituto Geográfico Português).

**Figura 4 – Saldo natural por município 2001–2011
(em percentagem da população de 2001)**



**Figura 5 – Saldo migratório por município 2001–2011
(em percentagem da população de 2001)**



NOTAS METODOLÓGICAS:

Saldo Natural: Como os valores de nados vivos e óbitos disponibilizados pelo INE são anuais calculou-se o saldo natural entre 2001 e 2010 (com dados de 2010 provisórios). Assim, não se expurgaram os factos ocorridos em 2001 antes do momento censitário (entre 1 de Janeiro e 11 de Março de 2001), nem se contemplaram os factos ocorridos em 2011 até ao momento censitário (entre 1 de Janeiro e 20 de Março de 2011). Os valores obtidos foram relativizados pela população residente em 2001 obtendo-se deste modo a taxa de crescimento natural.

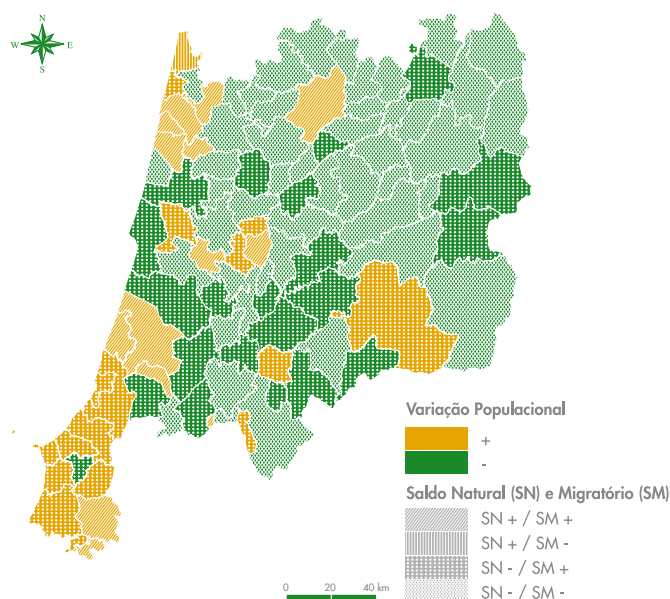
Saldo Migratório: O saldo migratório foi calculado pela diferença entre a variação populacional e o saldo natural. Os valores obtidos foram relativizados pela população residente em 2001 obtendo-se deste modo a taxa de crescimento migratório.

Em termos migratórios, o panorama regional foi mais equilibrado, existindo 52 municípios com capacidade de atracção populacional. Apesar de um pouco dispersos pelo território, notava-se alguma tendência de concentração no litoral e no sul da região (seguramente fruto da melhoria das acessibilidades que ocorreram na última década), em especial no Oeste, Pinhal Litoral e no Pinhal Interior Sul. De destacar Arruda dos Vinhos, onde a população cresceu 28,8% devido à componente migratória e apenas 0,8% devido ao saldo natural (perfazendo um crescimento populacional total de 29,6%). De salientar ainda municípios, quer do litoral, quer do interior, como Vila de Rei, com saldo migratório relativo de 21%, Sobral de Monte Agraço, Murtosa, Óbidos, Condeixa-a-Nova, Lourinhã, Vila Velha de Ródão e Torres Vedras, com taxas de crescimento migratório acima dos 10%. Dos municípios que mais indivíduos perderam pela via migratória salienta-se Vila Nova de Paiva, Meda, Figueiró dos Vinhos, Vouzela, Manteigas, Celorico da Beira e São Pedro do Sul, com saldos migratórios relativos superiores a -5%.

Conjugando os movimentos populacionais de diferentes sinais (Figura 6), verificou-se que:

- 47 municípios perderam população como resultado de ambos os saldos negativos; estes municípios localizavam-se maioritariamente no interior da região, existindo no entanto alguns casos na faixa litoral como Mira, Estarreja ou Coimbra;
- 14 municípios registaram acréscimos de população resultantes de ambos os saldos positivos, sendo o crescimento migratório superior ao natural (excepto no caso de Ílhavo);
- Ovar foi o único município que apresentou crescimento populacional (de 0,3%) com um saldo natural positivo e um saldo migratório negativo;
- em 16 municípios o crescimento da população ocorreu apenas devido ao crescimento migratório uma vez que a variação populacional natural foi negativa;
- 22 municípios conheceram decréscimos populacionais resultantes de saldos migratórios positivos mas insuficientes para compensar os decréscimos naturais.

Figura 6 – Variação da população, do saldo natural e migratório por município 2001–2011



Podemos assim concluir que, na última década, foram as entradas líquidas de indivíduos que atenuaram o declínio populacional da Região Centro, tendo este fenómeno, em alguns municípios, evitado perdas populacionais mais fortes e, noutros, possibilitado ou reforçado o crescimento da população. Assim, tal como na década anterior, a Região Centro continua a ter capacidade para atrair população, sendo, em termos líquidos, uma região de imigração.

Região Centro com mais famílias mas cada vez mais pequenas

De acordo com os Censos 2011 existiam na Região Centro 914.716 famílias, o que se traduziu num crescimento de 7,8% nos últimos 10 anos (o crescimento nacional foi de 11,6%). A nível municipal este aumento ocorreu sobretudo nos municípios do litoral e nos municípios do interior correspondentes a importantes centros urbanos como Viseu, Covilhã, Castelo Branco e Guarda (Figura 7). Nos municípios de Arruda dos Vinhos, Aveiro, Murtosa, Lousã e Entroncamento ocorreram os maiores crescimentos (superiores a 20%). Os decréscimos de famílias registaram-se na maioria em municípios do interior, como Sabugal, Idanha-a-Nova, Penalva do Castelo, Vila Nova de Paiva e Figueira de Castelo Rodrigo. De destacar Pombal, na faixa litoral da região, cujas famílias nos Censos 2001 tinham aumentado 31% e na última década diminuíram 7,3%.

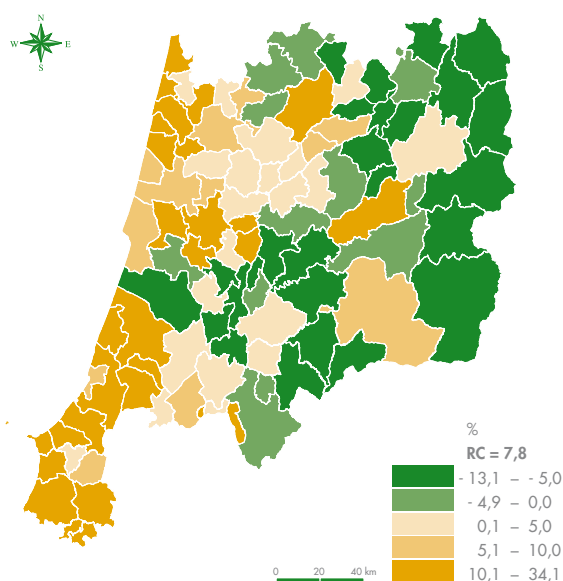
CONCEITOS:

Família: Compreende as famílias clássicas e as famílias institucionais.

Família Clássica: Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

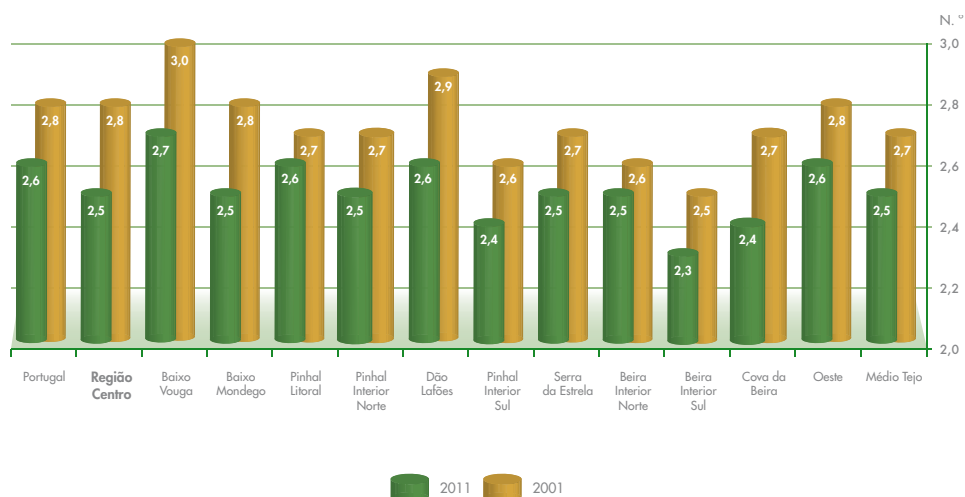
Família Institucional: Conjunto de pessoas residentes num alojamento colectivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, observam uma disciplina comum, são beneficiários dos objectivos de uma instituição e são governados por uma entidade interior ou exterior ao grupo.

Figura 7 – Variação das famílias por município 2001–2011



O aumento das famílias residentes na região, conjugado com a redução da população, evidencia uma diminuição da dimensão média das famílias. Assim, de 2,8 indivíduos em 2001, passou-se para 2,5 em 2011 (Figura 8), valor ligeiramente inferior à média nacional (de 2,6 indivíduos). Esta redução verificou-se em todas as NUTS III e em todos os municípios da região, com exceção de Pombal (onde a dimensão média da família aumentou de 2,4 para 2,6 pessoas) e de Vila de Rei (onde passou de 2,5 para 2,6). O Baixo Vouga era a NUTS III com a maior dimensão média (2,7 indivíduos por família), por oposição à Beira Interior Sul (2,3). O município de Penamacor apresentava a menor dimensão média da família (com 2,1 indivíduos por família) e Estarreja, Murtosa, Ovar e Oliveira de Frades os valores mais elevados (2,8). Estes resultados decorrem essencialmente do envelhecimento da população, da diminuição do número de filhos e das baixas taxas de natalidade (associados, por exemplo, ao facto dos jovens constituírem família cada vez mais tarde e à generalização dos métodos contraceptivos), do aumento das taxas de divórcio e dos novos modelos de família (unipessoais, monoparentais, entre outros).

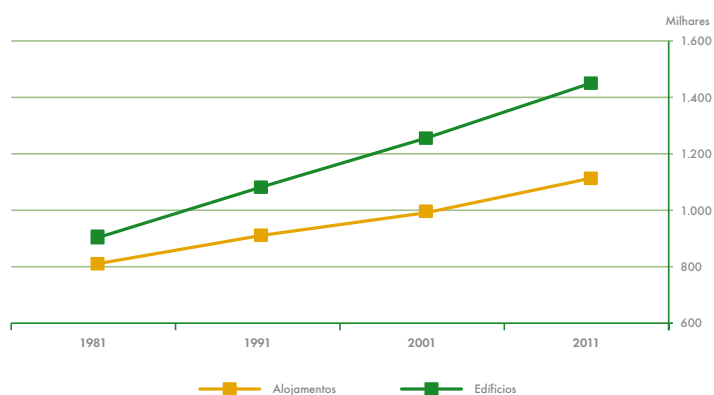
Figura 8 – Número médio de pessoas por família por NUTS III



Parque habitacional regional com forte crescimento nos últimos 10 anos

O parque habitacional da Região Centro, de acordo com os Censos 2011, conheceu um crescimento considerável na última década, à semelhança da tendência dos últimos 30 anos (Figura 9). Os edifícios aumentaram 12,2% atingindo 1.113.420 e os alojamentos 15,6% cifrando-se em 1.450.268. Este crescimento aproximou-se do verificado a nível nacional sobretudo no que respeita aos edifícios (12,4% para os edifícios e 16,3% para os alojamentos). O número médio de alojamentos por edifício também aumentou, tendo passado de 1,26 para 1,30 na última década (em 1981, este rácio era de 1,10), significando que cada vez mais a construção se faz em altura. Apesar deste aumento, a Região Centro continua a apresentar uma dimensão média dos edifícios inferior à de Portugal (de 1,66 alojamentos por edifício).

Figura 9 – Alojamentos e edifícios na Região Centro à data dos Censos



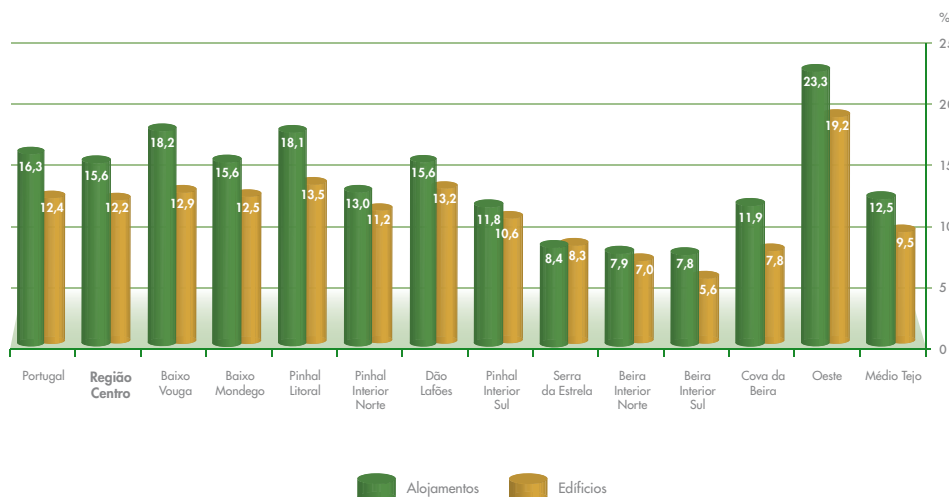
CONCEITOS:

Alojamento: Local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência; por distinto entende-se que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, é coberto e permite que uma pessoa ou um grupo de pessoas possa dormir, preparar refeições ou abrigar-se das intempéries separado de outros membros da colectividade; por independente entende-se que os seus ocupantes não têm que atravessar outros alojamentos para entrar ou sair do alojamento onde habitam.

Edifício: Construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins.

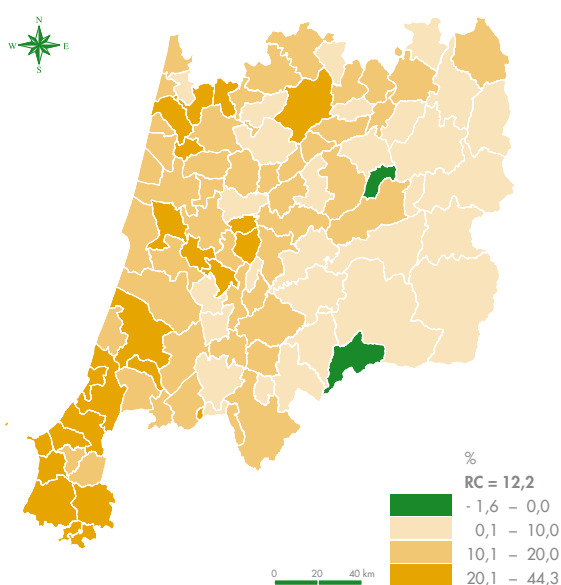
Na última década, em todas as regiões NUTS III houve um crescimento do parque habitacional, quer em termos de alojamentos, quer em termos de edifícios (Figura 10). O Oeste destacava-se com os maiores crescimentos: 23,3% nos alojamentos e 19,2% nos edifícios. No extremo oposto, com os menores crescimentos, encontravam-se a Beira Interior Norte e a Beira Interior Sul. Em todas as subregiões e em termos percentuais, os alojamentos cresceram mais do que os edifícios.

Figura 10 – Variação dos alojamentos e dos edifícios por NUTS III 2001–2011



Enquanto que os edifícios aumentaram em todos os municípios, no caso dos alojamentos (Figura 11), em 2 municípios o número de alojamentos diminuiu na última década: Vila Velha de Ródão (-1,6%) e Manteigas (-0,9%). Com fortes crescimentos nos alojamentos (acima dos 25%) destacavam-se Óbidos (44,3%), Arruda dos Vinhos (35%), Nazaré (31,4%), Oliveira do Bairro (28,7%), Lousã (26,5%), Peniche (26,4%) e Condeixa-a-Nova (25,9%). O aumento dos alojamentos foi, na maioria dos municípios, acompanhado pelo crescimento das famílias, o que justificará em parte esta evolução. No entanto, existem municípios onde tal não aconteceu, como é o caso de Penela, Castro Daire, Trancoso, Pedrógão Grande, Góis e São Pedro do Sul, com crescimentos nos alojamentos acima dos 15% acompanhados de redução no número de famílias.

Figura 11 – Variação dos alojamentos por município 2001–2011



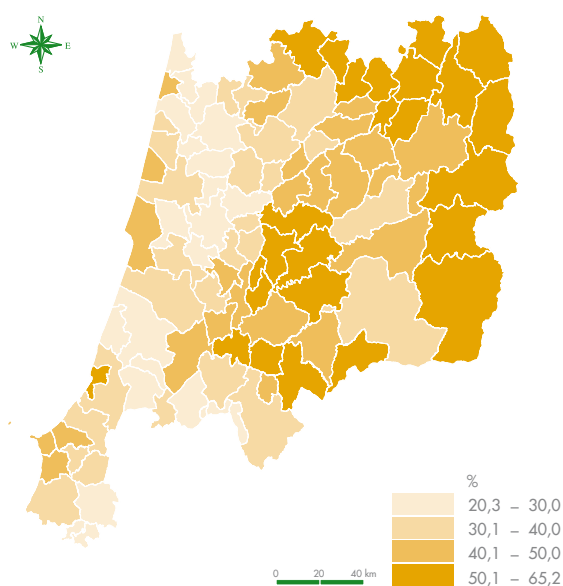
Fortes indícios do aumento dos alojamentos vagos e de uso sazonal

Apesar de ser necessário aguardar pelos resultados definitivos dos Censos para se analisar a forma de ocupação dos alojamentos e confirmar estes indícios, pode-se perspectivar com alguma segurança que, uma vez que o ritmo de crescimento dos alojamentos na Região Centro (15,6%) foi superior ao das famílias (7,8%), os alojamentos secundários ou de uso sazonal e os alojamentos vagos (que incluem os disponíveis no mercado de habitação, quer para venda, quer para aluguer e os alojamentos para demolição) terão aumentado na última década, à semelhança do que vinha acontecendo nas décadas anteriores.

Da distribuição a nível municipal da estimativa do excedente habitacional²⁵ (Figura 12) ressalta a sua forte concentração nos municípios do interior da região e em alguns municípios do litoral. No litoral este fenómeno estará mais associado à existência de habitações secundárias nas zonas balneares, sendo disso exemplos Nazaré, Murtosa, Óbidos, Peniche, Mira e Figueira da Foz. No interior este fenómeno poderá ser explicado pela existência de habitações secundárias (cada vez com mais procura nestas zonas mais rurais), mas também, e uma vez que na maioria destes municípios ocorreram fortes perdas populacionais, ao aumento dos alojamentos deixados vagos por indivíduos que saíram destes territórios (para o estrangeiro ou para outras localizações no território nacional).

²⁵ A estimativa do excedente de alojamentos obteve-se partindo do princípio que a cada família corresponde um alojamento. Assim, calculou-se a diferença entre o número de alojamentos num município e o respectivo número de famílias e relativizou-se esse diferencial com os alojamentos. Esta metodologia tem algumas limitações (como é o caso de várias famílias que habitem no mesmo alojamento), pelo que deve ser apenas usada como aproximação e para grandes leituras. No entanto, foi validada com os resultados dos Censos 2001 (comparando os valores estimados com os valores reais), tendo-se obtido diferenças pouco significativas.

Figura 12 – Estimativa do excedente de alojamentos por município em 2011



ANEXO
População Residente, Famílias, Edifícios e Alojamentos na Região Centro em 2011

Designações	População Residente		Famílias		Edifícios		Alojamentos	
	Total	Variação 2001-2011	Total	Variação 2001-2011	Total	Variação 2001-2011	Total	Variação 2001-2011
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Portugal	10.555.853	1,9	4.079.577	11,6	3.550.823	12,4	5.879.845	16,3
Centro	2.327.026	- 0,9	914.716	7,8	1.113.420	12,2	1.450.268	15,6
Baixo Vouga	390.707	1,3	146.907	13,2	150.155	12,9	202.410	18,2
Águeda	47.817	- 2,5	17.501	8,6	18.582	11,3	22.835	15,6
Albergaria-a-Velha	25.211	2,3	9.256	12,1	10.154	18,4	12.329	20,3
Anadia	29.142	- 7,6	10.890	3,1	12.991	10,6	15.031	12,9
Aveiro	78.463	7,0	32.444	24,5	22.896	13,8	40.683	24,0
Estarreja	27.119	- 3,8	9.611	4,4	11.155	7,0	12.915	10,0
Ílhavo	38.563	3,6	14.694	16,3	15.050	11,3	21.934	17,2
Mealhada	20.340	- 2,0	7.764	6,7	8.446	14,7	10.147	18,5
Murtosa	10.575	11,8	3.837	23,3	5.877	11,5	7.651	14,9
Oliveira do Bairro	23.028	8,8	8.457	16,5	9.059	19,0	11.321	28,7
Ovar	55.337	0,3	19.533	10,6	19.129	9,4	27.803	14,9
Sever do Vouga	12.347	- 6,4	4.596	3,8	6.491	21,4	7.063	21,8
Vagos	22.765	3,4	8.324	15,7	10.325	16,1	12.698	19,4
Baixo Mondego	332.153	- 2,4	134.165	8,8	128.249	12,5	193.636	15,6
Cantanhede	36.574	- 3,5	13.850	8,4	18.715	11,7	20.556	13,5
Coimbra	143.052	- 3,6	61.178	10,3	40.702	13,7	79.665	16,3
Condeixa-a-Nova	17.163	11,9	6.281	15,6	6.642	18,9	8.468	25,9
Figueira da Foz	62.124	- 0,8	24.576	8,6	24.899	9,8	43.247	14,2
Mira	12.363	- 4,0	4.735	7,2	7.007	13,9	8.567	14,0
Montemor-o-Velho	26.214	2,9	9.885	10,5	11.710	16,5	13.169	24,2
Penacova	15.489	- 7,4	5.940	3,5	7.878	8,4	8.268	9,1
Soure	19.174	- 8,4	7.720	- 2,7	10.696	10,4	11.696	10,9
Pinhal Litoral	261.378	4,1	101.585	10,7	109.693	13,5	145.415	18,1
Batalha	15.837	5,6	6.088	16,1	7.441	19,7	8.389	22,9
Leiria	127.468	6,4	49.305	17,6	46.483	15,6	67.794	21,1
Marinha Grande	38.627	8,6	15.461	18,5	14.626	9,1	22.015	18,0
Pombal	55.183	- 2,0	21.379	- 7,3	29.943	11,1	34.199	13,5
Porto de Mós	24.263	0,0	9.352	10,1	11.200	13,4	13.018	13,0
Pinhal Interior Norte	131.199	- 5,3	52.123	1,1	85.785	11,2	96.911	13,0
Alvaiázere	7.283	- 13,7	3.018	- 9,7	5.478	3,5	5.730	4,1
Ansião	13.100	- 4,5	5.169	2,3	7.720	8,7	8.450	9,8
Arganil	12.119	- 11,0	4.988	- 3,1	10.088	10,0	10.952	10,2
Castanheira de Pêra	3.191	- 14,5	1.344	- 5,7	2.521	1,7	2.730	2,1
Figueiró dos Vinhos	6.148	- 16,4	2.592	- 8,6	4.563	14,3	4.866	13,4
Góis	4.257	- 12,4	1.803	- 7,0	4.939	16,2	5.155	16,6
Lousã	17.380	10,3	6.854	20,5	7.276	17,4	10.582	26,5
Miranda do Corvo	13.100	0,2	4.890	4,5	6.202	16,4	7.391	17,5
Oliveira do Hospital	20.919	- 5,4	8.028	0,1	11.747	8,6	13.744	9,4
Pampilhosa da Serra	4.487	- 14,0	2.033	- 9,0	5.458	4,9	5.675	5,6
Pedrógão Grande	3.916	- 11,0	1.697	- 3,1	3.442	17,8	3.661	17,8
Penela	5.980	- 9,3	2.372	- 5,8	4.552	23,4	4.701	22,8
Tábua	12.056	- 4,3	4.552	1,7	7.871	8,6	8.734	10,5
Vila Nova de Poiares	7.263	2,9	2.783	13,9	3.928	14,3	4.540	20,3
Dão-Lafões	278.015	- 2,9	105.139	6,2	146.122	13,2	174.430	15,6
Aguiar da Beira	5.521	- 11,6	2.127	- 5,6	4.708	13,9	4.904	13,0
Carregal do Sal	9.830	- 5,6	3.774	2,0	6.110	11,9	6.680	12,2
Castro Daire	15.382	- 9,5	5.989	- 1,3	11.631	19,6	12.536	20,0
Mangualde	19.879	- 5,3	7.698	6,1	11.589	17,3	13.144	16,6
Mortágua	9.864	- 5,0	3.821	2,2	5.543	17,8	6.012	19,4
Nelas	14.002	- 2,0	5.483	5,9	7.441	11,3	8.846	15,5
Oliveira de Frades	10.245	- 3,2	3.629	7,7	4.899	7,3	5.666	11,7
Penalva do Castelo	8.001	- 11,3	3.071	- 10,3	5.131	1,9	5.451	3,7
Santa Comba Dão	11.661	- 6,5	4.500	0,5	6.420	7,8	7.241	12,9
São Pedro do Sul	16.935	- 11,3	6.395	- 1,4	10.387	12,7	11.664	15,9
Sátão	12.423	- 5,5	4.563	4,4	8.446	17,8	9.293	17,0
Tondela	28.953	- 7,1	11.080	1,7	16.332	7,0	17.779	9,7
Vila Nova de Paiva	5.174	- 15,7	1.948	- 10,3	4.153	3,2	4.384	3,9
Viseu	99.593	6,5	37.157	17,5	36.869	18,8	54.115	21,4
Vouzela	10.552	- 11,4	3.904	- 2,2	6.463	4,1	6.715	4,3

(continua)

ANEXO
População Residente, Famílias, Edifícios e Alojamentos na Região Centro em 2011 (continuação)

Designações	População Residente		Famílias		Edifícios		Alojamentos	
	Total	Variação 2001-2011	Total	Variação 2001-2011	Total	Variação 2001-2011	Total	Variação 2001-2011
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Pinhal Interior Sul	40.724	- 9,1	16.834	- 2,6	30.676	10,6	33.301	11,8
Mação	7.383	- 12,5	3.138	- 9,6	6.659	7,7	7.054	8,9
Oleiros	5.702	- 14,6	2.474	- 6,9	4.701	0,4	4.968	0,5
Proença-a-Nova	8.263	- 14,0	3.378	- 5,7	5.706	8,3	6.261	8,1
Sertão	15.927	- 4,7	6.494	4,0	10.764	17,8	12.034	19,9
Vila de Rei	3.449	2,8	1.350	2,0	2.846	15,5	2.984	17,8
Serra da Estrela	43.721	- 12,4	17.666	- 4,3	29.002	8,3	33.066	8,4
Fornos de Algodres	4.991	- 11,3	2.014	- 7,7	3.793	10,6	4.063	10,5
Gouveia	14.089	- 12,6	5.734	- 6,5	10.204	3,7	11.245	3,7
Seia	24.641	- 12,4	9.918	- 2,2	15.005	11,1	17.758	11,1
Beira Interior Norte	104.371	- 9,5	42.372	- 4,0	74.475	7,0	85.964	7,9
Almeida	7.210	- 14,4	3.072	- 7,8	6.399	8,7	6.682	8,1
Celorico da Beira	7.695	- 13,3	3.113	- 6,7	5.879	3,9	6.333	5,0
Figueira de Castelo Rodrigo	6.259	- 12,6	2.522	- 9,7	5.150	10,2	5.419	11,0
Guarda	42.460	- 3,1	16.683	3,9	19.427	4,0	28.126	7,9
Manteigas	3.471	- 15,2	1.397	- 6,5	2.235	1,0	2.608	- 0,9
Meda	5.163	- 17,2	2.243	- 9,1	4.726	6,0	4.960	6,5
Pinhel	9.615	- 12,2	3.946	- 8,2	7.683	10,7	8.134	9,8
Sabugal	12.544	- 15,6	5.362	- 13,1	15.119	4,1	15.405	3,7
Trancoso	9.954	- 8,6	4.034	- 3,3	7.857	19,9	8.297	19,1
Beira Interior Sul	74.861	- 4,2	32.008	2,2	46.098	5,6	60.163	7,8
Castelo Branco	56.033	0,6	23.292	8,1	24.698	5,4	38.463	9,8
Idanha-a-Nova	9.597	- 17,7	4.455	- 12,7	11.660	4,6	11.890	4,2
Penamacor	5.652	- 15,1	2.674	- 8,9	6.373	10,7	6.394	8,6
Vila Velha de Ródão	3.579	- 12,7	1.587	- 8,1	3.367	1,0	3.416	- 1,6
Cova da Beira	87.747	- 6,2	37.179	5,4	44.480	7,8	62.699	11,9
Belmonte	6.805	- 10,4	2.735	- 2,8	4.192	6,0	4.924	7,9
Covilhã	51.770	- 5,0	22.411	10,1	22.102	10,5	35.530	16,0
Fundão	29.172	- 7,3	12.033	- 0,7	18.186	5,2	22.245	6,7
Oeste	361.134	6,6	141.265	15,1	161.248	19,2	224.743	23,3
Alcobaça	56.569	2,2	21.947	11,2	26.981	15,5	35.050	21,8
Alenquer	42.362	8,1	17.046	18,8	16.340	17,4	23.906	24,7
Arruda dos Vinhos	13.408	29,5	5.045	34,1	4.756	23,1	6.706	35,0
Bombarral	13.148	- 1,3	5.228	3,8	6.494	13,6	8.030	17,0
Cadaval	14.238	2,1	5.585	9,4	7.887	10,6	8.750	14,1
Caldas da Rainha	51.645	5,7	20.627	12,8	19.220	16,1	31.167	20,4
Lourinhã	25.719	10,5	10.116	19,6	13.319	18,6	17.127	21,8
Nazaré	15.068	0,1	5.961	8,1	7.657	26,7	13.212	31,4
Óbidos	11.689	7,5	4.625	16,8	8.294	40,4	9.033	44,3
Peniche	27.630	1,2	11.022	12,5	13.386	32,0	21.205	26,4
Sobral de Monte Agraço	10.158	13,8	3.860	18,8	4.104	20,4	5.291	22,1
Torres Vedras	79.500	10,0	30.203	18,5	32.810	17,3	45.266	21,1
Médio Tejo	221.016	- 2,2	87.473	4,6	107.437	9,5	137.530	12,5
Abrantes	39.362	- 6,8	16.040	- 0,3	20.391	10,0	25.532	12,4
Alcanena	13.884	- 4,9	5.549	2,8	6.703	9,3	8.050	11,0
Constância	4.058	6,4	1.571	13,0	1.855	9,9	2.184	14,3
Entroncamento	20.201	11,2	8.077	20,1	4.154	13,0	10.674	22,4
Ferreira do Zêzere	8.647	- 8,2	3.456	- 5,9	6.937	8,6	7.491	11,6
Ourém	45.887	- 0,7	17.176	4,9	23.721	8,1	29.241	12,2
Sardoal	3.948	- 3,8	1.529	- 2,0	2.819	9,6	2.975	9,1
Tomar	40.862	- 5,0	16.490	2,2	20.819	9,0	26.358	9,6
Torres Novas	36.837	- 0,2	14.681	8,8	16.620	11,4	20.879	14,1
Vila Nova da Barquinha	7.330	- 3,7	2.904	3,7	3.418	7,3	4.146	9,2

FONTES

CONJUNTURA

• Enquadramento Nacional:

- INE – Contas Nacionais Trimestrais (Base 2006)
- Inquérito ao Emprego
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores (Base 2008)
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

• Mercado de Trabalho:

- INE – Inquérito ao Emprego (Base 2011)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- Índice de Custo do Trabalho (Base 2008)

• Desemprego Registrado:

- IEFP – Desemprego Registrado por Concelho – Estatísticas Mensais
- INE – Estimativas Anuais da População Residente (2010)

• Empresas

- Banco de Portugal
 - Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
 - Rácios de crédito vencido das sociedades não financeiras
- INE – Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- COFACE – Serviços Portugal, S.A.
 - Empresas constituídas
 - Acções de insolvência

• Comércio Internacional de Bens:

- INE – Contas Nacionais Trimestrais
- Entradas e Saídas de Mercadorias por Secção da Nomenclatura Combinada, Tipo de Comércio, NUTS II e NUTS III
- Secções seleccionadas:
 - I – Animais vivos e produtos do reino animal
 - IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufacturados
 - VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
 - VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
 - IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
 - X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
 - XI – Matérias têxteis e suas obras
 - XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
 - XV – Metais comuns e suas obras
 - XVI – Máquinas e aparelhos, material eléctrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
 - XVII – Material de transporte

• Turismo:

- INE – Inquérito à Permanência de Hóspedes e outros dados na Hotelaria
- Boletim Mensal de Estatística
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)

• Construção e Habitação:

- INE – Inquérito aos Projectos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Índice de Preços de Manutenção e Reparação Regular da Habitação (Base 2000)
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- Banco de Portugal
 - Empréstimos concedidos a famílias para habitação

• Preços e Consumo Privado:

- INE – Índice de Preços no Consumidor (Base 2008)
- Entradas e Saídas de Mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE), Tipo de Comércio
- Contas Nacionais Trimestrais
- ICA – Instituto do Cinema e do Audiovisual
 - Receitas de cinema
- SIBS – Transacções realizadas em Caixas Automáticas por Município
- Transacções realizadas em Terminais de Pagamento Automático por Município
- ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações
 - Assinantes do serviço de televisão
- Banco de Portugal
 - Empréstimos concedidos a famílias para consumo e outros fins

• Políticas Públicas na Região Centro:

- Comissão Técnica de Coordenação do QREN
 - Indicadores Conjunturais de Monitorização: Boletins Informativos 10, 11 e 12
- Autoridade de Gestão do Mais Centro
- Sistemas de Incentivo da Agenda da Competitividade QREN

• Custos de contexto transfronteiriços para as empresas – Comunidade de Trabalho Castilla y León e Região Centro

DINÁMICAS REGIONAIS NA REGIÃO CENTRO

- INE – XV Recenseamento Geral da População e V Recenseamento Geral da Habitação, resultados preliminares
- Instituto Geográfico Português

A informação contida no “Região Centro – Boletim Trimestral” do segundo trimestre de 2011 foi recolhida até ao dia 20 de Setembro de 2011.

